

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 61ª
(SEXAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 30 DE JUNHO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Convido o Deputado Wellington Luiz a secretariar os trabalhos da Mesa.
Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.
(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Faço um apelo aos nobres Líderes e Parlamentares que não excedam três minutos hoje, para ganharmos tempo. Hoje, nós viemos aqui para votar, não foi para falar. Hoje vou dar três minutos para V.Exas., e está de bom tamanho.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		2

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por favor, já convide os nobres Parlamentares a descerem, para que possamos dar celeridade à aventura de hoje, porque há muita coisa para votarmos, pelo jeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Atendendo o apelo do Deputado Prof. Reginaldo Veras, peço aos Deputados que desçam, para votarmos logo. E, por favor, não falem hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que me traz aqui hoje, mais uma vez, é um assunto extremamente sério.

Daqui a pouco, as categorias... O Deputado Wasny de Roure tem acompanhado muito isso. Neste momento, os policiais civis estão em assembleia. Daqui a alguns dias, provavelmente, a Polícia Civil entrará em movimento paredista. Daqui a pouco, a PM e os Bombeiros também farão os seus movimentos, dentro daquilo que a Constituição permite.

Agora podem ter certeza absoluta, se isso acontecer – e é bom que fique registrado nesta Casa –, a responsabilidade novamente será do Governador do Distrito Federal, que usa a prática de mentir para as categorias desde a época da campanha e persiste nisso no seu governo. Durante o seu governo, S.Exa. criou uma expectativa, alimentou uma esperança e, agora, na hora de implementar aquilo que S.Exa. mesmo prometeu, S.Exa. recua e fica usando pretexto e argumentos inaceitáveis.

Então, queremos deixar bem claro que, se hoje, no movimento paredista, acontecer alguma coisa que gere prejuízo à população do Distrito Federal, o grande responsável, mais uma vez, será o Sr. Governador do Distrito Federal, que não tem o cuidado de zelar nem pela própria palavra. O Governador do Distrito Federal não tem zelo nem com o compromisso que fez pela segurança pública da Capital da República.

Então, temos que deixar bem claro, porque, daqui a pouco, aquela imprensa – e não estou falando da imprensa séria que hoje está aqui – que ele comprou começa a plantar nos seus jornais que as polícias são irresponsáveis, que estão abandonando a população. Todos nós sabemos que as polícias estão aí sucateadas, trabalhando sem condições, sem coletes à prova de bala, sem armamento, sem efetivo e com salários extremamente defasados. E aí o Governador promete, durante a campanha, que vai manter isonomia com a Polícia Federal, que vai garantir à PM e ao Corpo de Bombeiros todos os seus direitos e, no momento de implementar as garantias salariais, S.Exa., simplesmente, esquece-se de tudo o que prometeu.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado, V.Exa. é um defensor brilhante da área de segurança, e todos nós batemos palma para isso. Mas temos que ter uma consciência de que as questões salariais são inerentes ao Poder Executivo, porque, para aumentar salários da nossa segurança, tem que ser por meio de uma mensagem do Presidente e de um projeto de lei aprovado pelas duas Casas: Senado e Câmara.

Então, necessariamente aconteceu isso com vários outros governadores. Necessariamente a vontade ou as promessas do Governador não se transformam em realidade, porque S.Exa. depende do Congresso Nacional. E nós sabemos que a conjuntura política e econômica brasileira esteve muito confusa, principalmente nesse ano. Então, há necessidade de se dar um prazo ao Governador para que S.Exa. convença Michel Temer a aceitar uma exposição de motivos de S.Exa., a transformar numa mensagem, mandar para o Congresso, e essa mensagem se transformar em um projeto de lei e tramitar nas duas Casas. A vontade em si do Governador de reajustar ou dar qualquer vantagem à segurança... S.Exa. não tem poder para fazer isso.

Então, é necessário se dizer isso também.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.

Deputado, eu respeito V.Exa., porque V.Exa. é um profundo conhecedor de várias matérias, mas, quanto a essa, desculpe-me, eu vou encostar minha modéstia de lado e vou dizer que V.Exa. está completamente equivocado.

O gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal, dado pela Lei nº 10.633, de 2002, o gestor pleno é o Governador do Distrito Federal. Só compete ao Governador do Distrito Federal o encaminhamento da mensagem. Se o Presidente da República, nesse momento, quiser dar um aumento à Polícia Civil, à PM ou ao Bombeiro, S.Exa. não pode. Se S.Exa. quiser fazer, fere o pacto federativo. Só o Governador do Distrito Federal tem competência para encaminhar essa mensagem. Ao Presidente da República, cabe apenas a mera formalidade. O Presidente da República tem apenas que analisar, através do Ministério do Planejamento, se o Fundo Constitucional comporta aquele reajuste. Ademais, Deputado, não compete à União. A União vai apenas analisar os aspectos legais e encaminhar ao Congresso Nacional. A gestão do fundo é exclusiva do Governador do Distrito Federal. E não pode jamais o Governo Federal interferir na vontade do Distrito Federal. Desculpe-me, Deputado, mas não é assim que funciona o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

DEPUTADO AGACIEL MAIA – V.Exa. tem razão. Mas uma coisa precisa ser dita também, porque dinheiro é uma coisa matemática. Ora, o Fundo Constitucional do Distrito Federal, neste ano, caiu 400 milhões, em referência a 2015. Nós perdemos 400 milhões em 2016, comparado a 2015. Ele é apurado agora. No início de agosto, já deve sair o resultado para 2017. Então, o Governador, sem saber quanto é que vai ter de fundo para pagar, tem precaução de não definir um reajuste.

Eu acho que o Governador está esperando a apuração da receita corrente líquida que estabelece o valor do fundo para 2017 para dizer: “Olha, por esse valor, o que eu posso encaminhar de mensagem pedindo reajuste é tanto.” Então, eu acho que o Governador tem que ter essa precaução de esperar a apuração do resultado do fundo que vai determinar o valor de 2017, para definir esse pleito que V.Exa. comenta e que é justo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Quero parabenizar V.Exa., mas, mais uma vez, vou ter que discordar, porque não há que se falar em negociação de percentuais. Eles já estão estabelecidos em negociação com o próprio Governador e são os mesmos já negociados com a Polícia Federal. Isso já está tabulado. O que temos de saber é se o Governador vai mandar ou não. E, aí, há uma peculiaridade, Deputado. O que aconteceu? O Governador fez uma projeção de aumento, no Fundo, de 4,5%. E o Fundo, muito bem avaliado pelo Deputado Wasny e pelos seus assessores, deve aumentar na ordem de 8%. Portanto, deve haver uma sobra daquela expectativa de quase 400 milhões de reais, o que permite tranquilamente ao Governador conceder um reajuste a essas carreiras.

Não se pode falar que não há recursos. O Governador tem recursos e tem que atender às demandas dessas categorias. Se ele não fizer isso, é óbvio que estará dando calote nos servidores públicos, é óbvio que estará empurrando os policiais civis para o movimento paredista, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, para uma operação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu gostaria de pedir a V.Exa. que concluísse seu pronunciamento. Eu já lhe concedi dez minutos. V.Exas. podem discutir isso depois?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, se eu fosse o Governador do Distrito Federal, apresentaria a seguinte mensagem:

Art. 1º O quadro da Polícia Civil do Distrito Federal terá a mesma remuneração da Polícia Federal.

Art. 2º Essa equiparação se dará à medida que o Fundo Constitucional vá permitindo.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min		61ª SESSÃO ORDINÁRIA		5

Dessa forma, acabaria essa questão tão discutida. Primeiro, determinaria que os policiais civis de Brasília teriam uma remuneração igual à dos policiais federais. E essa diferença seria gradativamente incorporada, de acordo com a evolução, com o crescimento percentual do Fundo Constitucional. Então, nós sanearíamos toda essa discussão, que sempre volta porque há defasagem salarial, as categorias realmente precisam desse reajuste, e o governo fica várias vezes, praticamente duas vezes por ano, batendo nessa tecla. V.Exa. é um defensor ferrenho e cobra... E as informações que V.Exa. dá são verdadeiras.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deputado, só para encerrar, temos que lembrar que o Fundo é abarrotado de dinheiro. Há alguns dias, quando o Governador era Senador, S.Exa. vivia plantando a ideia de que deveríamos dividir o Fundo Constitucional com o Entorno, de tanto dinheiro que a gente tinha. Agora não temos dinheiro nem para pagar o salário dos servidores. É estranho. Para quem queria dividir o nosso dinheiro com o Entorno, hoje não ter dinheiro nem para pagar o salário dos seus servidores... Temos que ter coerência no que falamos e fazemos.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos!

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sugiro a V.Exa., não sei se os demais Deputados vão aceitar a proposição, chamar os Comunicados de Líderes rapidamente. Vou abrir mão da minha palavra e depois chamar os Comunicados de Parlamentares, para, quando o restante dos Deputados chegar ao plenário, começarmos a Ordem do Dia. Eu abro mão da minha fala nos Comunicados de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Fechado.

Nós vamos passar a palavra, nos Comunicados de Líderes, somente para o Deputado Wasny de Roure. Encerraremos os Comunicados de Líderes e iniciaremos os Comunicados de Parlamentares, correto?

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de adentrar no assunto que trago, quero apenas, se o Deputado Wellington Luiz me permitir, trazer uma informação. O número, do mês de maio, da receita corrente líquida saiu no dia de ontem.

Realmente houve uma queda abrupta, Deputado Agaciel Maia, acima de 11%. Isso significa que, no cálculo, os números estão em torno de 6,9%. Mas, se fosse hoje, esse montante seria próximo de adicional em relação à previsão que o governo fez, da ordem de quase 150 milhões de reais.

Acreditamos que os números de junho devam sair um pouco melhor, e isso, portanto, deve avançar em sete ponto qualquer coisa. Eu tinha uma esperança um pouco eufórica, mas isso é do processo.

Maio, todo mundo sabe, foi o mês das grandes negociações que levaram ao afastamento da Presidenta Dilma e, naturalmente, isso reflete em uma situação sazonal. O número 11 é muito raro no histórico de queda da receita corrente líquida.

Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores teve sua sede atacada, na Cidade de São Paulo, no dia de ontem, pela segunda vez neste ano.

Fizemos um rápido levantamento das sedes do PT, do PCdoB, de entidades como a CUT e a UNE e de espaços destinados às religiões de matriz africana. Todas elas têm sido atacadas principalmente em horário noturno e em finais de semana.

O resultado surpreende aqueles que acreditam na democracia. O auge dos ataques aos partidos, à CUT, à UNE, foi no mês de março, quando o debate em torno do pedido de impedimento da Presidenta Dilma tomou grande espaço na mídia do País.

Os ataques variam entre pichações, invasões e outros tipos de depredação, além de bombas caseiras. Cabe ressaltar que alguns dos ataques foram assinados por um grupo intitulado Comando de Caça aos Comunistas – CCC.

Sobre o ataque nesta madrugada, foi preso o sujeito que quebrou a fachada do prédio com uma marreta. O fato é visto pela polícia como isolado e ligado a problemas psiquiátricos, mas entendemos que faz parte do clima de ódio que vem sendo construído na sociedade brasileira.

Nesse contexto, chamou-nos a atenção o ato do grupo de extrema direita dentro da UnB, no último 17 de junho, com xingamentos do tipo “maconheiros, vagabundos, a mamata acabou” e outros tipos fóbicos utilizados, além de ameaças físicas aos estudantes que reagiram, cores da bandeira nacional, camisetas “Bolsonaro Presidente!”. Ou seja, elementos que nos remetem ao ódio fascista.

Bolsonaro não apenas está respondendo no Supremo Tribunal Federal, como também na Comissão de Ética, por ter feito um ataque a uma colega Parlamentar e também por apologia às atitudes fascistas adotadas por alguns militares.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

Por fim, não vemos grande mobilização das autoridades no combate a esse tipo de violência e muito menos grande repercussão midiática, com exceção, é claro, do caso da UnB e dos templos religiosos. As sedes que foram atacadas foram as de Goiânia, no dia 19 de março 2016; Belo Horizonte, no dia 19 de março 2016; São Paulo, por duas vezes, o último nessa madrugada; Ribeirão Preto, no dia 17 de março de 2016; São José dos Campos, 17 de março de 2016; e cidade de Jundiá, em 15 de março de 2016. As sedes do PCdoB atacadas foram as situadas em Campo Grande – MS, em 18 de março de 2016; Aracaju, em 29 de fevereiro de 2016; e Goiânia, em 21 de março de 2016. A sede da CUT da cidade de Curitiba foi atacada no dia 17 de março de 2016. A sede de UNE, em São Paulo, no dia 12 de março de 2016, além de alguns terreiros de matriz africana, particularmente na cidade de Brasília.

Ora, Sr. Presidente, nenhuma democracia convive com esse tipo de ataque à diversidade de pensamentos e opções. Essa é a riqueza da democracia. Portanto repudiamos esses atos e sabemos que a sociedade brasileira não dá nem dará guarida a essa conduta fascista que permeia alguns países que estão à margem da democracia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, último inscrito. Também não farei uso da palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava ouvindo aqui há pouco o pronunciamento do Deputado Wellington Luiz.

Eu, que estou nessa cidade há quarenta anos e que participo do movimento sindical desde 1979, quando nós fizemos a primeira greve dos vigilantes do Distrito Federal e quando ainda era ditadura militar, confesso, Deputado Bispo Renato Andrade, que eu nunca tinha visto tanta insensibilidade e tanta irresponsabilidade de um governo para com os trabalhadores, como o Governo do Sr. Rodrigo Rollemberg.

Nós estamos com os trabalhadores da Caesb, Deputado Wellington Luiz, paralisados há 46 dias, e agora a direção da Caesb manda um comunicado por escrito para o sindicato daqueles trabalhadores em que diz que só poderá conceder 4% de reajuste, quando nós sabemos que a inflação está acima de 11%. Portanto, isso é uma agressão aos trabalhadores da Caesb. Como é que a inflação foi de 11%, Deputado Bispo Renato Andrade, e se oferece 4%? O pior é que é um governo dirigido por alguém que se dizia solidário aos trabalhadores.

Há uma situação mais grave ainda. Estava ouvindo hoje pela manhã o Secretário de Transportes do Distrito Federal dizer que o problema da greve dos rodoviários é um problema de rodoviários com os patrões. E o poder concedente, que é o Poder Público, vai fazer o quê?

Portanto, Deputado Wellington Luiz, a avaliação que eu faço é que o Governador Rollemberg está se notabilizando pelo enfrentamento com o movimento organizado, o enfrentamento com os trabalhadores.

E, como se não bastasse, ainda mandaram, no dia de ontem, essa proposta miserável, essa proposta que é uma verdadeira indecência, colocando as chamadas organizações sociais, Deputado Prof. Reginaldo Veras, na educação, na saúde, no meio ambiente, em quase todo o complexo do Distrito Federal. Eu quero saber qual é o Deputado ou Deputada que vai ter a coragem de apoiar essa imoralidade, porque não é possível que um governo se notabilize por tanta insensibilidade.

Como se não bastasse, ainda manda, junto com as empresas de vigilância, demitir 10,5% do quadro de vigilantes, do quadro de limpeza, dizendo que, porque os trabalhadores tiveram reposição salarial, tem de cortar o mesmo tanto de emprego da reposição salarial.

Quero dizer para os senhores e senhoras aqui: eu não votei no Rollemberg, anulei meu voto no segundo turno. Votei 13 duas vezes. Nulo!

Disse para o Frejat por que eu não votaria nele: não era por causa dele, ele é um cidadão correto, inclusive, defensor do SUS; eu não votaria no Frejat por causa da turma que estava em volta dele. Eu disse para ele que não votaria por isso. Disse para o Frejat. E não votei no Rollemberg. Portanto, não sou responsável por isso que

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	9	

está acontecendo em Brasília. Não votei, não sou responsável pelo que está acontecendo!

Entretanto, eu acho que está na hora de os Deputados que fizeram campanha para ele, que votaram nele; mas, especialmente, está na hora de os eleitores, Deputada Celina Leão, irem para as ruas cobrar. Eu digo para V.Exa.: nunca vi tanta insensibilidade junta! A maneira como os trabalhadores da Caesb estão sendo tratados é um negócio criminoso. E a expectativa, Deputado Wellington Luiz, infelizmente, é que nós vamos ficar, com esse governo aí, quatro anos sem nenhum reajuste. Com esse governo aí, eu quero comunicar aos servidores públicos, aos trabalhadores do Distrito Federal, que serão quatro anos sem nenhum reajuste de salário. Portanto, ele que se prepare para as greves.

Os policiais civis – Deputado Wellington Luiz, V.Exa. era ingresso ainda na Polícia Civil – fizeram greve no tempo da ditadura. Portanto, não se torcem para qualquer governo. E não adianta vir com lorota, porque os policiais não vão admitir.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante. Seja bem-vindo de volta à Oposição, esse é o Chico que eu gosto de ver.

Outra coisa importante: estávamos em Taguatinga a Deputada Celina Leão e eu, em uma audiência pública, e alguém estava dizendo exatamente isto: que fez muito café da manhã para o Governador Rodrigo Rollemberg, mas que ia pedir os cafés da manhã de volta para o Rodrigo Rollemberg porque estava arrependido do que tinha acontecido.

Brasília realmente não tem outro jeito. V.Exa. não votou nele, mas eu também fiquei triste porque V.Exa. falou que não votou no Frejat porque havia gente que não prestava perto dele. Eu estava lá, Deputado. Posso não prestar, mas quero dizer que sou seu amigo.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, infelizmente, a gente não pode fazer ainda, porque não é lei, a devolução do voto. O Senador Reguffe tem um projeto de lei para que a gente possa, em dois anos, reavaliar o nosso voto. Se eu pudesse, Deputado Chico Vigilante, acho que eu ia colaborar com V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Vomitar o voto?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Devolver o voto!

Sabe por que, Deputado Chico Vigilante? Porque, primeiro, eu achei que a gente fosse realmente fazer um novo governo. Não estamos. Estamos fazendo um governo velho, cheio de gente mais ou menos nova, com a mesma prática e com discurso ainda pior, Deputado Chico Vigilante, porque nem prestigiar os trabalhadores, como fez o ex-Governador Agnelo, o nosso Governador está fazendo.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		10

Então, quero fazer minhas as suas palavras, Deputado Chico Vigilante, e parabenizá-lo pela sua fala.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é interessante esse negócio de vomitar o voto. Não é a mesma coisa de devolver, não? Na polícia, quando o cara engole alguma coisa – o voto, essas coisas –, a gente fala que vomitou.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, apesar de nesses momentos ser sempre mais difícil, eu quero fazer a defesa do Governador Rollemberg, tendo em vista o debate dos colegas aqui.

Nós precisamos voltar um pouquinho, a janeiro de 2015, e ver como estava o Distrito Federal. Mas não é isso. Eu também não gosto de criticar o governo anterior, mesmo porque eu fazia parte da base dele. Eu gostaria que os colegas tivessem a oportunidade de ir aos estados considerados ricos, como o Rio Grande do Sul, que desde janeiro parcela o pagamento, como o Rio de Janeiro, que tem *royalties* de petróleo, entre tantas outras receitas que o Distrito Federal não tem, e que não estão conseguindo pagar os servidores. Praticamente a unanimidade das unidades da Federação estão muito piores do que o Distrito Federal. Eu digo isso porque o Rio Grande do Norte, a Paraíba, os estados ricos, devido à recessão nacional, estão todos sem condições de pagar seus servidores.

Os servidores daqui podem até ainda não terem tido os reajustes merecidos, mas estão recebendo o pagamento em dia. Por isso, eu quero fazer a defesa do Governador Rollemberg, pois, quando ele assumiu, os salários estavam atrasados. Hoje, a maioria dos servidores que reivindicavam inclusive receber a licença – que é um direito, quando se aposenta e não a gozou – está recebendo, pelo esforço do governo.

É necessário dizer também que isso não é defesa ideológica, é defesa baseada em números. O Deputado Wasny de Roure, um grande economista, do Partido dos Trabalhadores, no relatório quadrimestral, Deputado Bispo Renato Andrade, viu que a receita das transferências correntes, dinheiro que vem da União para o Distrito Federal, caiu em 58%. Mesmo assim o Governador está mantendo o Estado em ordem, está mantendo o pagamento em dia. Então, não é só criticar.

Se forem ao Sol Nascente, verão que o Governador está investindo lá; se forem a Vicente Pires, verão que vão começar as obras de infraestrutura. É muito fácil pinçar só a parte negativa, mas nós temos de olhar o cenário todo – não só o do Distrito Federal, mas o cenário do Brasil. Por isso, eu quero fazer essa defesa do

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

Governador Rollemberg não do ponto de vista ideológico, mas do ponto de vista prático e matemático, principalmente com os indicadores de economia.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu tenho o maior respeito pelo Deputado Agaciel Maia. Ele é economista e eu sou vigilante, mas quero dizer que o Distrito Federal tem algumas coisas que as outras unidades da Federação não têm. Eu não conheço nenhum estado brasileiro, Deputado Rafael Prudente, que tenha o Fundo Constitucional, e todos querem. Nós aqui temos o Fundo de Participação dos Municípios, o Fundo de Participação dos Estados e temos a maior renda *per capita* do Brasil. Portanto, se existe queda na arrecadação, é exatamente pelo terrorismo que foi feito pelo Governo Rollemberg, Deputado Raimundo Ribeiro, para que as empresas parassem de gerar emprego, parassem de contribuir com a arrecadação.

As obras do Sol Nascente, Deputado Agaciel Maia, são fruto de dinheiro do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. O dinheiro ficou no caixa para obras em Sol Nascente, Pôr do Sol, Porto Rico, Vicente Pires. Na verdade, esse governo é muito é preguiçoso, porque não deu conta de tocar as obras, que já ficaram todas licitadas, só faltando começar.

Agora, Deputado Rafael Prudente, ele assusta o setor, amedronta e pune os trabalhadores, pune o setor produtivo. Portanto, eu não posso me calar frente a um governo desses, porque é um descalbro o governo do Sr. Rodrigo Rollemberg. Governo, que demite trabalhador, não merece nenhum tipo de respeito.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para alimentar um pouco mais esse debate, eu afirmo que votei no Governador Rodrigo Rollemberg. Eu fiz campanha para o Governador Rodrigo Rollemberg e não me arrependo do meu voto. Não quero devolver. É um governo sério, um governo austero, que passa por dificuldades decorrentes de toda uma conjuntura nacional e local. Também, Deputado Chico Vigilante, votei no Governador Agnelo e fiz campanha para ele e não me arrependo, apesar de não aprovar o governo dele no final.

Nós fazemos escolhas na democracia. Felizmente a gente não consegue conduzir a democracia. Ela tem caminhos próprios, porque há diversidade enorme e a conjuntura democrática é sempre complexa. Cabe a nós nos adaptarmos e reconhecermos nossos erros quando eles acontecem. Não me arrependo de ter votado no governo Agnelo, apesar de não ter aprovado o governo. Não me arrependo de ter votado no Governador Rodrigo Rollemberg que, continuo

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início		Sessão/Reunião	Página
30 06 2016		15h30min		61ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

afirmando, é uma pessoa de bem, uma pessoa austera, uma pessoa séria. Encontra dificuldades, como eu já disse, decorrentes de uma conjuntura muito mais ampla do que esse simples mecanismo de acusações que nós estamos fazendo aqui. Tenho certeza de que o Governo do Distrito Federal vai melhorar e oxalá ele esteja no segundo turno de 2018.

Um abraço a todos.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, V.Exa. ia me passar a palavra para os Comunicados de Parlamentares. Eu estou aguardando aqui já há quinze minutos.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria de responder ao Deputado Agaciel Maia. Os dois estados os quais ele citou, tanto o Rio de Janeiro quanto o Rio Grande do Sul, são do meu partido, o PMDB. E tenho certeza de que é do partido do coração do Deputado Agaciel Maia também.

Apesar de todas as dificuldades desses dois estados, o Presidente Temer está socorrendo agora o Rio de Janeiro, por conta da questão do petróleo. Essa é uma questão internacional. O governo do Rio Grande do Sul tem um governador firme e que está com avaliação positiva de 60%, Deputado Chico Vigilante. Apesar de todos os problemas dele, apesar de não ter o recurso do Fundo Constitucional que nós temos aqui no Distrito Federal, ainda é um governo muito mais bem avaliado que o Governo do Distrito Federal.

Entrando aqui no meu comunicado, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar hoje, nesta última sessão, que eu estive na última sexta-feira almoçando junto com a população no restaurante comunitário do Paranoá. Quero agradecer ao Governador Rodrigo Rollemberg e parabenizá-lo por ter reduzido o valor da refeição. Poderia ter reduzido mais – e eu creio que nós chegaremos lá. Serviram lá uma refeição muito boa, Deputado Raimundo Ribeiro. Eu tive oportunidade de degustar junto com a população uma feijoadinha.

Quero aproveitar a oportunidade também para reivindicar a abertura do restaurante comunitário que está fechado já há bastante tempo, Deputado Wellington Luiz. Depois da visita ao restaurante comunitário, eu fiz uma inspeção no Hospital do Paranoá, na última sexta-feira. O que eu vi lá foi uma situação completamente absurda.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

Eu estou aqui com uma pesquisa que recebi nesta semana sobre a situação da saúde pública no Distrito Federal. Nós temos 80% de rejeição das pessoas que não utilizam o sistema de saúde do Distrito Federal, que avaliam como quase péssimo ou regular o atendimento. Entre os usuários, 60% acham ruim a saúde pública no Distrito Federal. Entre os profissionais, mais de 50% acham que piorou, e muito, de um ano para cá, a saúde pública do Distrito Federal.

Não é por menos, Deputado Wellington Luiz. Nós temos, por exemplo, no Hospital do Paranoá, um mamógrafo sem funcionar há mais de três anos e mais de trinta leitos sem funcionar por falta de camas. Nós temos ali a falta de seringas; a falta do raio-x, que está obsoleto – quando funciona, falta o filme –; nós temos falta até de bisturi, Deputado Wellington Luiz.

Ou seja, o atendimento à população do Distrito Federal, em especial àquela população que mora ali naquela região, não está acontecendo. Aí vem, para nossa surpresa, o governo sucateando a saúde pública, as pessoas não tendo atendimento. Pessoas que chegaram lá no dia anterior às 5h da tarde, quando eu deixei o hospital, não tinham sido atendidas ainda – e vêm me falar que vão terceirizar para OS – Organização Social – com um investimento de 300 milhões de reais, Deputado Wellington Luiz?

Deputado Raimundo Ribeiro, de onde apareceram esses 300 milhões de reais? Por que piorou tanto a saúde pública de um ano e meio para cá, sendo que os recursos são os mesmos e os profissionais são os mesmos? Na verdade, os recursos aumentaram um pouco.

Faço esse registro aqui desse absurdo que é esse projeto das OS. Acho que, antes de colocar as OS, nós temos que resolver o problema da saúde pública aqui no Distrito Federal com os profissionais que nós temos, que são muito competentes, e também com os recursos que nós temos, que são maiores do que os de muitos Estados do nosso País.

Então, eu repudio esse absurdo que está acontecendo aqui na saúde pública do Distrito Federal. A população não merece isso. As pessoas pagam impostos e só querem ser atendidas no momento de mais dificuldade, que é o momento em que elas estão doentes.

Aproveito aqui também, Deputado Bispo Renato Andrade, para dizer que estive no DFTrans – Transporte Urbano do Distrito Federal – hoje, pedi isso à minha assessoria. Nós tivemos a CPI do Transporte e tivemos a promessa, em agosto do ano passado, daquele Secretário de Transporte de colocar as telas no BRT – *Bus Rapid Transit*. Seria o aplicativo do BRT, para as pessoas saberem em que o horário vão chegar os ônibus e fazerem a integração destes com o BRT.

Olhem as fotos que nós temos aqui dos equipamentos todos encaixotados. Há profissionais para instalá-los, há todos esses materiais aqui encaixotados do lado da sala do diretor do DFTrans; e a população hoje não sabe a que horas chegam os ônibus, não sabe em que dia vai ser implantado o serviço.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

Então, Deputado Raimundo Ribeiro, que foi Relator na nossa CPI dos Transportes, peço que nos somemos aqui, todos, para cobrar esse absurdo do dinheiro público encaixotado do lado da sala do diretor do DFTrans sem utilização. Aqui nós temos mais de 10 milhões de reais de equipamentos debaixo de uma mesa e guardados numa salinha presa ali no DFTrans.

Sra. Presidente, muito obrigado pelo tempo que me foi concedido.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vai ser muito rápido. É até um reparo, se o Deputado Rafael Prudente me permite. V.Exa. foi muito feliz nas suas falações, mas, Deputado, eu não sei se o Governador merece ser parabenizado com relação à redução dos valores nos restaurantes comunitários. Ele os reduziu não por humilde, até mesmo porque essa não é uma característica inerente a ele, ele reduziu porque houve uma redução drástica no comparecimento. Ele reduziu por isso, porque os restaurantes iriam fechar. Foi só por essa razão e todos nós sabemos disso.

Se ele tivesse tido a humildade de ver que realmente as pessoas estavam precisando, tudo bem, eu mesmo me renderia a isso, mas não foi, não. Foi porque as pessoas pararam de ir, viraram desertos. Foi isso realmente o que o fez se sensibilizar, e não a humildade, porque essa não é uma característica dele.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wellington Luiz, eu só queria fazer um adendo à fala do Deputado Rafael Prudente sobre essa questão dos restaurantes comunitários. Eu acho que o governo, até na hora de fazer uma coisa boa, erra.

Sabe, Deputado Juarezão, primeiro ele fazia propaganda de um restaurante que já era de 1 real. Ele mesmo sobe o valor do restaurante. Depois, ele faz propaganda falando que ele reduziu o valor. Ora, ele sobe o valor e ele faz propaganda dele por reduzir o valor a 1 real? É hipócrita. E o pior de tudo sabe o que é, Deputado Chico Vigilante? O que eu achei pior foi querer colocar no cidadão um selo de pobreza, ou seja, só paga 1 real a pessoa que for lá e constatar a sua pobreza. Isso é um programa, da forma como ele colocou, que de socialismo não tem nada, de social não tem nada.

Ele conseguiu pegar um projeto que era bom, o projeto de um restaurante a um real. Então, o cara que tinha condição, Deputado Chico Vigilante, muitas vezes ia almoçar com o cara que não tinha: "Aí, você é o do 1 real, você é dos 2 reais?" Ele conseguiu dividir um projeto que deveria ser um projeto para todos, ainda fazendo propaganda disso.

Eu não sei onde a equipe de comunicação do Governo Rollemberg está, não sei onde as pessoas que estão fazendo essa divulgação para o Governador estão. Porque sempre foi 1 real, quem subiu o valor foi ele. Eram 24 milhões por ano. Isso

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

é zero vírgula zero zero alguma coisa nos cofres públicos. Depois ele retorna a 1 real – por motivos, como o Deputado Wellington Luiz colocou, que não foram de sua vontade, pois os restaurantes realmente estavam quebrando – e ainda faz com que o cidadão comprove sua pobreza para comer a 1 real. Isso é um absurdo!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o mais grave é que, se a gente colocar na ponta do lápis, a propaganda que ele fez da redução do valor para um real certamente está custando mais caro do que pagar o restaurante. É um negócio meio maquiavélico, primeiro faz o mal, coloca o bode na sala e depois retira o bode. O fedor continua o mesmo.

E aí ele diz que é porque está entregando. Está entregando o quê? Não foi ele que construiu. Os restaurantes foram feitos antes, construídos antes. E agora ele está entregando. Portanto, Deputado Raimundo Ribeiro, isso é indefensável.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero concordar aqui com o Deputado Chico Vigilante, quando ele diz que coloca o bode e depois retira o bode, mas o fedor fica. A obra já era antiga, já estava construída no governo passado, então concordo com V.Exa.

Quero parabenizar o Deputado Rafael Prudente pela proficiência no discurso feito pela saúde. Deputado Rafael Prudente, nós temos participado da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde. Temos feito reuniões todas às quintas-feiras. São quatro horas de reunião. Eu tive a oportunidade de estar com o pessoal do Conselho de Saúde do Distrito Federal. O Deputado Wellington Luiz que presidia a sessão. Compareceram o João do Violão; o Leonardo que é lá do Paranoá. O relato que V.Exa. recebeu *in loco* não é o relato que nós temos recebido aqui.

O governo sucateou a saúde, tem feito pouco caso dos servidores, pouco caso do gerenciamento ali, para colocar essa questão de OS. E, ao tempo que não tem recurso para sanar dívida com fornecedores, para pagar os servidores em dia, eles vêm com um projeto que vai custar cerca de 300 milhões, 400 milhões.

Então, tem alguma coisa que não bate aí nessa conta, porque a OS vai ser a despesa que existe hoje, mais a implantação da OS. Então, é uma mais a outra. Como é que vai fechar essa conta, se não está tendo dinheiro para pagar o mensal, hoje, da Secretaria de Educação? Então, eu acho muito estranho a maneira como o governo está conduzindo isso. Chegou um projeto ontem, às vésperas do recesso, não foi discutido. O Deputado Chico Vigilante marcou uma comissão geral para poder começar a discutir, mas, realmente, a gente não entende o que foi feito com a saúde do Distrito Federal. É um verdadeiro descaso!

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

O que a população tem passado nesses hospitais, Deputado Wellington Luiz, é coisa que não é humana, é coisa sobrenatural para o lado de humilhação que as pessoas têm passado. Os problemas já começam no atendimento, na questão da seleção dos cartões. Eles já selecionam ali... O médico fala: hoje, eu não vou atender Clínica Geral. Os problemas vão desde a seleção até a falta de controle de medicamentos, enfim, os problemas são inúmeros. A saúde piorou e muito. O secretário do governo passado, com quem eu não tenho nenhuma amizade, não estou aqui para defendê-lo, mas estou começando a pensar que era um bom secretário em vista do que está aí nestes um ano e meio de governo.

Portanto, quero chamar a atenção, Deputado Wellington Luiz, pois temos que ter muito cuidado com essa questão das OS. Deputado Bispo Renato Andrade, temos que ter muita responsabilidade, porque a gente vai dar um pontapé nos servidores e, talvez, não seja uma solução para a saúde pública do Distrito Federal.

(Assume a Presidência Deputado Bispo Renato Andrade.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 984, de 2016, que institui o banco de sangue virtual no Distrito Federal, e dá outras providências.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acato o pedido de V.Exa.

(Assume a Presidência Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na pauta dos itens nº 209 e nº 216.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. São moções, não é? Nós vamos votá-las em bloco, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro eu quero agradecer e cumprimentar todos os Parlamentares. Estou trazendo aqui a capa de um jornal, o *Jornal de Brasília*, em que alguém que foi ouvido pela CPI ocupa a página quase toda. O nome dessa figura é Sacha Reck, um advogado. Esse rapaz esteve aqui na CPI, nós tivemos a oportunidade de ouvi-lo e, após a oitiva dele e de várias outras pessoas, encaminhamos às autoridades competentes uma série de recomendações e

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		17

sugestões que fizemos, mas vou me ater àquilo que foi encaminhado ao Poder Executivo do Distrito Federal.

Atendendo inclusive a uma decisão judicial de primeiro grau, da Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, nós fizemos uma recomendação ao Executivo no sentido de anular o contrato de licitação, porque aquele contrato tinha sido feito com inúmeros vícios insanáveis. E o autor... a digital era desse sujeito chamado Sacha Reck, que anteontem foi preso no Estado do Paraná. Ele foi preso preventivamente. A prisão preventiva no nosso País é uma medida de excepcionalidade que só é adotada quando alguém, permanecendo solto, oferece perigo à sociedade.

Nós tivemos a oportunidade de demonstrar para o Governo do Distrito Federal que o trabalho realizado por esse rapaz representava um perigo para a sociedade. E representa. Todo mundo está vendo a sangria nos cofres públicos aqui do Distrito Federal. E qual foi a providência que o Governo do Distrito Federal adotou? Nenhuma, a não ser recorrer da decisão judicial. Não fez absolutamente nada para estancar essa sangria que aí está.

Isso, no meu entendimento, com todo o respeito que se possa emprestar àquelas pessoas que estão no Executivo, gera, Deputado Chico Vigilante, um sentimento de cumplicidade porque, a partir do momento em que você é alertado de tudo que está acontecendo e, tendo o dever de estancar, não o faz, você deixa de ser o indivíduo que pode corrigir e passa a ser cúmplice. Então, esse é o primeiro tema que eu gostaria de colocar.

O segundo. Prestei muita atenção àquilo que foi dito pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras e pelo Deputado Rafael Prudente, e acho que não precisamos nem falar, quer dizer, nós temos aqui inúmeros equipamentos que estão simplesmente guardados numa sala ao lado, fato constatado pelo Deputado Rafael Prudente.

Há quase seis meses, encaminhei ao Governo do Distrito Federal a denúncia de que, na linha do sistema de transporte público que faz Brasilinha/Sobradinho, o valor a ser cobrado é R\$4,05, mas o motorista, não se sabe o porquê, cobra R\$6,00 das pessoas. Cobra.

Primeiro falei com o Secretário de Mobilidade, Sr. Marcos Dantas; nenhuma providência foi adotada. Oficiei à Secretaria de Mobilidade; nenhuma providência foi adotada. Um mês depois, Deputado Chico Leite, a Secretaria de Mobilidade me encaminhou um ofício dizendo que o problema era da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, e que, como se tratava de ônibus interestadual que saía do Estado de Goiás e chegava no Distrito Federal, o problema não era dele, esquecendo – e eu fiz questão de telefonar para esclarecer isso – que, se o ônibus transita nas vias do Distrito Federal praticando ilícitudes, é dever de qualquer órgão público fazer a fiscalização e adotar as providências. O resultado concreto é que até hoje o governo não tomou qualquer atitude.

Meus amigos, o que está acontecendo é uma extorsão por parte dos que dirigem aquele veículo com relação aos passageiros. Os passageiros não têm quem

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

possa lhes defender. A quem vamos recorrer? Agora, só se for ao bispo. Se fosse o Renato estaria mais fácil. Mas vamos recorrer a quem? Já recorri à Secretaria de Mobilidade, já falei desta tribuna, vou recorrer a quem? Vou dizer isso a quem?

A população está literalmente desamparada. O governo, que tem a obrigação de protegê-la, não o faz. E aí, de novo, faço questão de dizer: se no momento em que officiei o Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Mobilidade, não adotou qualquer providência – a providência que ele deveria adotar. Ele deixa de ser o agente a corrigir e passa a ser cúmplice.

Agora, de novo, falo desta tribuna, apelando inclusive aos assessores que fazem a ponte com o governo: tomem uma providência, porque o Governador também se torna cúmplice disso. A partir do momento em que a extorsão é denunciada e nenhum órgão público que tem o dever de fazer a fiscalização faz, no mínimo, essa prevaricação pode se transformar em cumplicidade.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, aproveitando o nosso tempo, de tecer um breve comentário sobre o que foi dito aqui antes por alguns colegas. É claro que todos nós sabemos que o Governo do Distrito Federal, quando assumiu – o Governador Rodrigo Rollemberg –, enfrentou inúmeras dificuldades de natureza financeira. Isso é sabido, isso é notório, todos nós sabemos. Mas já temos um ano e meio de governo, Deputado Chico Vigilante. Os problemas que hoje temos não são mais culpa do governo anterior. Passou o tempo, pelo amor de Deus. Um ano e meio. Por exemplo, por que o passageiro está sendo extorquido? Não é por causa do Governo Agnelo, é por causa do Governo Rodrigo Rollemberg, que não fiscaliza.

Essa história do restaurante comunitário, que foi muito bem dito aqui, cabe-nos relembrar. O governo foi extremamente competente, quando anunciou a baixa do preço, mas ele esqueceu um pequeno detalhe: foi ele quem aumentou. O Deputado Wellington Luiz e o Deputado Cristiano Araújo falaram que foi em razão de ter diminuído a frequência das pessoas no restaurante, mas não foi só por isso não, Deputado Rafael Prudente, foi porque esta Casa também nunca aceitou esse aumento. Temos de avaliar os governos não pelo discurso, mas sim pelos atos. Associado a esse aumento de preço que foi dado nas refeições, tivemos também o aumento dado para os frequentadores do Jardim Zoológico. Então, veja que há uma classe social que é mirada pelo governo. Qual é a classe social? É aquela que mais precisa. Ou seja, o sujeito, além de não poder ir ao Zoológico ver os bichos, também não pode mais comer.

É hora de tirar o véu. Ou o governo assume a sua verdadeira faceta ou então diga a que veio, porque atingir a classe mais pobre é muito fácil. Temos greves em todos os lugares que prejudicam as pessoas mais pobres, e não vemos esforço algum do governo em resolver esses problemas. Nada, é como se o problema não fosse dele, e nós sabemos que o problema é dele.

Quero fazer um apelo àquelas pessoas que fazem a ligação da Câmara Legislativa, como caixa de ressonância da sociedade, com o governo. Levem até o

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min		61ª SESSÃO ORDINÁRIA		19

governo essas reclamações, e levem dizendo que essas reclamações objetivam ajudar o governo a parar de fazer bobagem, parar de praticar atos que só fazem mal à população do Distrito Federal.

Sra. Presidente, agradeço a paciência. Obrigado por V.Exa. ter me concedido um pouco mais de tempo.

Finalizando, Deputado Rafael Prudente, com relação à área de saúde, eu estive no hospital de Sobradinho. Lá tomei conhecimento, por uma médica, de um aparelho que não funcionava porque o contrato de manutenção não tinha sido renovado. Resultado: eu fui a uma solenidade acerca do Na Hora, em que estava presente o Governador, e, quando falei sobre esse assunto, V.Exa. acredita que eu arrumei um monte de inimigo no governo? Todo mundo no governo passou a me ver como inimigo, ao invés de me ver como colaborador. Estou ajudando, estou mostrando ao Governador, estou olhando o que ele não consegue ver. Mas fui tratado como inimigo.

Sra. Presidente, muito obrigado. Muito obrigado, Deputado Rafael Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Raimundo Ribeiro, eu não posso deixar de fazer um aparte à fala de V.Exa., até porque lutei muito por essa questão do transporte.

Deputado Chico Vigilante, Deputado Ricardo Vale, o que me deixa muito triste é que talvez o Governo Agnelo não tivesse certeza da fraude que aconteceu no transporte público, mas o Governo Rodrigo Rollemberg continuar com esse certame criminoso? Já foi comprovado na Justiça, o cara está preso. Continuar com essa fraude é muito complicado para nós que lutamos contra tudo isso.

Então, quero deixar aqui meu registro sobre essa questão do transporte público, que nos preocupa muito, e sobre esse recurso de quase 1 bilhão que é desviado do transporte público por esses empresários. Quero fazer das palavras do Deputado Raimundo Ribeiro as minhas palavras, e mais uma vez, parabenizar a CPI do Transporte Público, composta pelo Deputado Rafael Prudente, pelo Deputado Raimundo Ribeiro, pela Deputada Sandra Faraj e pelo Deputado Ricardo Vale. Esses Deputados fizeram um excelente trabalho na CPI do Transporte Público.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que inclua na Ordem do Dia o item nº 215, que trata de uma comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 445, de 2015, sobre a Lei do Silêncio.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nós vamos votar isso em bloco, Deputado. Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Raimundo Ribeiro pelo excelente discurso.

A CPI do Transporte Público, que presidida pelo Deputado Bispo Renato Andrade e seus membros – Deputado Rafael Prudente, Deputado Ricardo Vale e Deputada Sandra Faraj, que não está aqui hoje –, juntamente com V.Exa., fizeram um excelente trabalho. Eu pude acompanhar. Realmente foi detectada uma série de problemas advindos da gestão anterior. Além de justiça, esta Casa fez um trabalho muito sério.

Eu não poderia deixar, Deputado Raimundo Ribeiro, de parabenizar V.Exa. por esse discurso. É isso mesmo. Acho que esta Casa está aqui justamente para poder controlar, fiscalizar. Nós estamos esperando também que a CPI da Saúde possa trazer o mesmo resultado, Deputado Wellington Luiz. Nós acreditamos em V.Exa. e em todos os membros que fazem parte, assim como na CPI da Pedofilia, porque é isto que nós devemos fazer: ir atrás e buscar identificar onde estão os problemas da nossa sociedade.

Parabéns, Deputado Raimundo Ribeiro. Parabéns aos membros da CPI.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quando eu subi ali para elogiar a atitude do Governador Rollemberg, V.Exa. viu que não adiantou, não é? A primeira vez que eu subo lá para elogiar alguma coisa, sou bombardeado depois. Mas eu não poderia deixar de elogiar, porque estive lá, vi muitas pessoas satisfeitas com a redução e, pela primeira vez, o restaurante lotado. Fiquei feliz e não poderia deixar de dar aqui minha contribuição.

Mas eu esqueci de passar um dado importante. Recebi uma pesquisa nesta semana que comprova, Deputado Bispo Renato Andrade, a piora da gestão da saúde. Na pesquisa com os próprios servidores da saúde, 40%, Deputada Celina Leão, dos próprios servidores dizem que a saúde pública piorou, e muito. Quanto à população do Distrito Federal, 60% dos usuários concordam que a saúde pública do Distrito Federal piorou, e muito.

São dados muito alarmantes. A própria população e os próprios servidores avaliam que a saúde pública piorou, e muito. Nós precisamos rever e resolver o quanto antes este quadro.

O que disse o Deputado Raimundo Ribeiro é muito preocupante. Quando reclamamos aqui de determinada situação, ou falamos sobre uma vistoria que fizemos, é uma crítica construtiva para ajudar, e não somente para criticar e falar que o governo é ruim por isso, por isso e por isso. É uma crítica para o governo escutar, ouvir e tentar melhorar aquele posicionamento que está errado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dá-se início à

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		21

ORDEM DO DIA**Item nº 152:**

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.814, de 2014, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "inclui o Festival do Japão no calendário oficial de eventos do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.814, de 2014, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "inclui o Festival do Japão no calendário oficial de eventos do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vários servidores estão lá fora. V.Exa. vai abrir a galeria para eles?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Os Deputados acharam que não deveríamos abrir a galeria, porque temos cinco projetos para serem votados. Vamos votar os cinco projetos.

Item nº 153:

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		22

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.014, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a restituição proporcional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, referente a roubo ou furto de veículos, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.014, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a restituição proporcional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, referente a roubo ou furto de veículos, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 154:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 718, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a prevenção do desperdício de alimentos nos supermercados e hipermercados, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	23	

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 718, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “dispõe sobre a prevenção do desperdício de alimentos nos supermercados e hipermercados, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 155:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 123, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “dispõe sobre a publicidade, por parte dos estabelecimentos que comercializam passagens aéreas, sobre o direito das pessoas com deficiência, garantido pelo art. 48 da Resolução ANAC nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 179, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “torna obrigatória a afixação de cartaz, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas situados no Distrito Federal, informando sobre o inteiro teor dos artigos 47 e 48 da Resolução da ANAC nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 123, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “dispõe sobre a publicidade, por parte dos estabelecimentos que comercializam passagens aéreas, sobre o direito das pessoas com deficiência, garantido pelo art. 48 da Resolução ANAC nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 179, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “torna obrigatória a afixação de cartaz, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas situados no Distrito Federal, informando sobre o inteiro teor dos artigos 47 e 48 da Resolução da ANAC nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 156:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 859, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “dispõe sobre os procedimentos a serem tomados para a adoção de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor da dengue, zika vírus e da febre Chikungunya”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 859, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "dispõe sobre os procedimentos a serem tomados para a adoção de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor da dengue, zika vírus e da febre Chikungunya".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Item nº 157:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 988, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 3.893, de 10 julho de 2006, que 'autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências'".

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria indagar à proponente dessa matéria, uma vez que chegou há pouco a entidade sindical e pediu para dialogar com a autora do projeto, se há algum espaço para apreciá-lo em segundo turno em um outro momento, talvez em agosto, a fim de se ter a oportunidade de dialogar com eles.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, eu me coloco à disposição para quê? Nós iremos apreciar o projeto, porque existe uma possibilidade de demissão em massa. Em agosto, se houver

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

necessidade de qualquer retificação, eu mesma me sentarei com o sindicato e farei essas retificações, inclusive, em articulação com todos os colegas, até porque, a lei se remete a uma lei federal. O que existe, Deputado Wasny de Roure, é que o sindicato quer ser maior do que a lei federal e ele não pode atropelar uma lei federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eles alegam, Deputada Celina Leão, que, na realidade, uma vez retiradas as convenções trabalhistas ou acordos coletivos, vão ser retirados outros direitos que hoje os trabalhadores têm. Isso, consequentemente, vai fragilizar a situação do sindicalizado, dos trabalhadores que atendem via negociações do acordo coletivo.

Então, eu faço essa ponderação, para ver se há algum espaço para essa possível negociação. Como eu não acompanhei o momento anterior, eu estou dizendo aquilo que a Federação dos Trabalhadores do Comércio me falou ao me abordar quando vim para cá.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Wasny de Roure, a gente fica, às vezes, numa situação muito complicada, porque, até agora, os comerciantes queriam negociar com os sindicatos. Em nenhum momento, se mostrou favorável uma negociação como essas.

Quando chega uma lei que obriga realmente a se remeter a uma lei federal, eles querem dialogar? Eu me comprometo com o seguinte: se for retirado qualquer direito do trabalhador, em agosto, eu mesma proponho uma retificação na minha lei para garantir todos os direitos trabalhistas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu me coloco à disposição para ajudar nessa intermediação, se V.Exa. entender por bem aceitar minha ajuda.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Vou contar. Claro, com certeza.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem nós saímos daqui, aproximadamente, às 10h da noite. V.Exa. não estava, a Presidente também não estava, e nós saímos daqui com algumas dúvidas que foram remetidas para hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Julio Cesar, nós estamos em processo de votação. Eu pensei que V.Exa. ia tratar especificamente desse assunto.

DEPUTADO JULIO CESAR – Após o término da votação?

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Logo após a conclusão do processo de votação, eu lhe concedo a palavra. Ok?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

DEPUTADO JULIO CESAR – Muito obrigado, Presidente. O senhor sempre gentil.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Ok.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está em votação?

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Está em votação, Deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados, tivemos 11 votos favoráveis. Houve 4 votos contrários e 2 abstenções.

Os Deputados que votaram contrariamente foram o Deputado Ricardo Vale, Deputado Chico Vigilante, Deputado Prof. Israel e Deputado Wasny de Roure. As abstenções foram dos Deputados Prof. Reginaldo Veras e Agaciel Maia.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 988, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 3.893, de 10 julho de 2006, que 'autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências'".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		28

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, como eu falava, nós saímos daqui, porque houve uma discussão sobre o projeto da CEB. O Presidente daquela sessão era o Deputado Bispo Renato Andrade, que solicitou que fizéssemos a contagem dos líderes em relação ao projeto da CEB e disse que iria discutir no dia de hoje. A gente viu a publicação e não foi incluído o item da CEB. É claro que a gente estava aguardando a sessão de hoje.

Também percebemos agora que, além de não estar incluído o item da CEB, foi retirado o Projeto de Lei nº 1.108, que trata do crédito da Caixa Econômica Federal. Para esse projeto e, semelhantemente, para o da CEB, havia sido feito acordo no Colégio de Líderes. E agora saíram de pauta. Então, eu peço a reinclusão dos dois projetos de lei, tanto o da CEB, o PL nº 1.166, como também o PL nº 1.108. Ambos estavam em pauta. Foi votado o primeiro turno, e hoje não faz mais parte dos projetos da Ordem do Dia.

Eu gostaria que fosse feita essa reinclusão, por favor.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão)

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só gostaria de me solidarizar com o nosso Líder, Deputado Julio Cesar, nas petições dele no que diz respeito à reinclusão dos projetos em pauta. São os projetos da CEB, bem como o projeto da Caixa Econômica. Existem também outros projetos sobre os quais seria importante que deliberássemos hoje.

Muito obrigado.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Enquanto a Deputada Celina Leão atende aqui, aproveito para dar uma resposta ao Deputado Julio Cesar com relação ao que eu disse ontem.

Foi o seguinte: havia uma questão de ordem do Deputado Raimundo Ribeiro pedindo que fosse retirado o projeto da CEB. A Presidente havia acatado e eu não iria mudar isso. Então, encerraríamos a sessão, e ela decidiria hoje. Ela decidiu não pautar de novo. Assim, só compete a ela, a partir de agora.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		29

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero pedir a V.Exa. que inclua na pauta de votação o PL 1.180, de 2016, que se refere à dilatação do prazo para realização do concurso público do quadro permanente da Codhab. Sem a aprovação desse projeto, vários servidores poderão vir a ser prejudicados. Por isso, peço a V.Exa. que o inclua e peço o apoio dos nossos pares para aprovarmos esse projeto ainda hoje.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não há acordo dos líderes para a inclusão desse projeto na Ordem do Dia. Não há acordo e não há a menor possibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Há acordo, Deputado Raimundo Ribeiro, para votarmos o projeto?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Qual projeto?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Da Codhab.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Olha, Presidente, infelizmente não há como estar de acordo, até porque não tenho nem como consultar o bloco parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok.

Deputado Roosevelt?

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Como Líder do Bloco Brasília em Evolução, acho razoável a questão de ordem do Deputado Lira. Estou de acordo com a inclusão em pauta do projeto da Codhab.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Presidente, só gostaria de tentar convencer o meu amigo Wellington.

O projeto em tela, da Codhab, trata de uma lei de 2014 que estabelecia um prazo de dois anos para realização de concurso público para substituir comissionados e concursados. Esse prazo se esgota dia 3. Por algum motivo, nem o governo anterior nem o atual conseguiram executar tal medida.

A Codhab pede a prorrogação por mais dois anos. Sou contra. Inclusive apresentei uma emenda fixando prazo de um ano, tempo mais do que suficiente para se planejar um concurso público. Sabemos que, até o concurso se concretizar, tornar-se algo fechado, e para ser possível nomear, levaria pelo menos mais seis meses. Então, já fixaríamos a data para a realização desse concurso.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		30

É basicamente isso, Deputado Wellington.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Presidente, entendo todos os apelos que são feitos, até porque, em termos de mérito, todos nós concordamos com a importância e a relevância dos temas. A questão aqui é outra. A questão é a seguinte: um projeto dessa natureza chegou agora. Não há tempo para fazer o processo legislativo normal, não há tempo para consultar o bloco parlamentar. Se não há, não precisa existir bloco parlamentar. Vamos existir para quê? Inclusive não há como orientar os Deputados na discussão.

Portanto, acho que, não obstante os argumentos expostos aqui, compreendemos a relevância de todos os temas. Todos são importantíssimos. Agora, não dá para, todo semestre, ficarmos aqui a reboque do governo. Ontem tivemos um exemplo claro, que foi levantado pelo próprio Deputado Wasny. Quando o governo manda com alguma antecedência, é questionado e lhe são solicitados esclarecimentos, o governo não dá nem bola, não esclarece nada!

Então, em nome do nosso bloco, sou contrário à inclusão desse projeto em pauta.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, V.Exa. é testemunha. Ontem conversei com V.Exa.

É bem verdade, Deputado Raimundo Ribeiro, que tenho o maior respeito pela posição de V.Exa. Acho que, em várias situações, V.Exa. está coberto de razão, como também o Deputado Wellington Luiz. A única ponderação – e aqui quero acolher a emenda do Deputado Prof. Reginaldo Veras de antecipar não para dois anos e, sim para um ano – é a Codhab estar impedida, Deputado Wellington Luiz, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, de realizar um novo concurso. São todos contratos de terceirização. A minha impressão é que eles estarão descobertos pela lei a partir de 3 de julho deste ano. Estou entendendo que haverá demissão generalizada. Não sei se o meu raciocínio é correto.

O Presidente da Codhab está aqui. Eu já havia conversado com a Presidenta. Agora, é uma decisão que tem de ser coletiva. A nossa bancada está um tanto quanto dividida: dois querem votar; um quer para agosto, mas a maioria entende que pode ser votado. Contudo, somos apenas 3 Deputados e dependemos da opinião dos outros colegas Líderes de bancada.

Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		31

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só gostaria de ressaltar a importância da votação desse projeto de lei, porque muitas pessoas vão ser prejudicadas. Embora o Colégio de Líderes e até mesmo alguns Deputados tenham um posicionamento contrário, peço que reflitam e também decidam pela inclusão desse projeto na pauta, pela votação desse projeto, devido à importância dele para algumas pessoas que poderão vir a ser prejudicadas. Acho que vale a pena ser levado em consideração esse gesto neste momento. Por isso, peço aqui aos meus pares que realmente cheguem a um consenso, que os Líderes conversem entre si e resolvam colocar esse projeto em pauta.

Outra coisa que quero deixar bem clara, pessoal: eu não tenho cargo no governo, não tenho cargo na Codhab, não tenho nada no governo. Simplesmente, eu estou sendo solidário aos servidores da Codhab nesse momento.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pessoal, vou dar meio minuto para o uso da palavra, senão vamos ficar aqui fazendo uso da palavra. E todo mundo já sabe a posição de quase todo mundo: “sim, eu sou favorável” ou “não”. Senão nós vamos ficar aqui discutindo o sexo dos anjos.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu concordo com as críticas feitas e acho que o governo tem que ser ágil em trazer as respostas às solicitações dos Deputados.

Eu só queria alertar V.Exa. para o fato de que alguns dos projetos que estavam acordados, especialmente aqueles que abrem crédito, são muito importantes não só para o governo, mas também para os Deputados da Casa.

O meu bloco, por exemplo, colocou suas emendas atreladas ao crédito da CEB, ao crédito da FAP, ao crédito da Caixa Econômica, de modo que não votar esses créditos significa manter represadas essas estratégias dos colegas Deputados. E nós temos que pensar na Casa também, em como os nossos colegas manejam os recursos das suas emendas para o governo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, causa a mim estranheza, porque esta Casa ficou sem receber projeto do governo por vários meses. Será que o governo não era sensível a essa situação da Codhab e agora quer jogar a responsabilidade nos nossos ombros?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		32

Lamentavelmente, quem teria que ter pensado nisso era o Poder Executivo. Agora, jogar a responsabilidade em cima de nós não é justo. Atendendo ao pedido dos Deputados do meu bloco, eu permaneço na minha posição e não há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vamos seguir a pauta sobre a qual há acordo. Depois vemos sobre o que não há acordo.

Item nº 158:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 858, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “concede prioridade no atendimento aos usuários portadores de diabetes, nos casos de realização de exames médicos em jejum total”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 858, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “concede prioridade no atendimento aos usuários portadores de diabetes, nos casos de realização de exames médicos em jejum total”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 159:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 863, de 2012, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre o fornecimento de energia

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

elétrica pela Companhia Energética de Brasília – CEB, em caráter provisório, a unidades habitacionais em processo de regularização, localizadas em áreas de regularização de interesse social e de baixa renda, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 863, de 2012, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre o fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de Brasília – CEB, em caráter provisório, a unidades habitacionais em processo de regularização, localizadas em áreas de regularização de interesse social e de baixa renda, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 160:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 513, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “institui a ‘campanha permanente de informação, prevenção e combate à depressão’, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 513, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "institui a 'campanha permanente de informação, prevenção e combate à depressão', no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 161:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 530, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "institui medidas de prevenção e combate ao uso indevido de drogas e ao tráfico de drogas ilícitas nas escolas integrantes das redes pública e privada de ensino do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	35	

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 530, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “institui medidas de prevenção e combate ao uso indevido de drogas e ao tráfico de drogas ilícitas nas escolas integrantes das redes pública e privada de ensino do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 162:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 217, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre o Programa Distrital de Prevenção ao Aborto, Abandono de Incapaz e Administração das Casas de Apoio à Vida”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno, com a presença de 16 Deputados. Houve 3 votos contrários.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	36	

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 217, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre o Programa Distrital de Prevenção ao Aborto, Abandono de Incapaz e Administração das Casas de Apoio à Vida”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 163:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 801, de 2015, de autoria do Deputado Julio César, que “torna obrigatória a instalação de sistemas de monitoramento de áudio e vídeo em estabelecimentos comerciais destinados à exibição, tratamento, higiene e estética de animais domésticos, como *pet shops*, clínicas veterinárias e similares, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno, com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 801, de 2015, de autoria do Deputado Julio César, que “torna obrigatória a instalação de sistemas de monitoramento de áudio e vídeo em estabelecimentos comerciais destinados à exibição, tratamento, higiene e estética de animais domésticos, como *pet shops*, clínicas veterinárias e similares, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		37

Item nº 164:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 100, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento e Assistência Social às Pessoas com anemia/doença falciforme no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno, com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 100, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento e Assistência Social às Pessoas com anemia/doença falciforme no Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 165:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 166, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “institui o Selo Empresa Sustentável, no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		38

O projeto está aprovado em segundo turno, com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 166, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “institui o Selo Empresa Sustentável, no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 166:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 303, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que ‘dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo’”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno, com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 303, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que ‘dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo’”.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	39	

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 167:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.086, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre notificação sobre o vencimento de carteira de habilitação, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno, com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.086, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre notificação sobre o vencimento de carteira de habilitação, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 168:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 890, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “dispõe sobre a parada obrigatória dos guinchos em barreiras e postos policiais instalados nas rodovias do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		40

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 890, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “dispõe sobre a parada obrigatória dos guinchos em barreiras e postos policiais instalados nas rodovias do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 169:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.090, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “altera a Lei nº 3.939, de 2 de janeiro de 2007”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.090, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “altera a Lei nº 3.939, de 2 de janeiro de 2007”.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	41	

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 170:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.091, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “dispõe sobre presença de profissional de Educação Física na supervisão dos Pontos de Encontro Comunitários – PECs do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.091, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que “dispõe sobre presença de profissional de Educação Física na supervisão dos Pontos de Encontro Comunitários – PECs do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 171:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 45, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para a realização de concurso público pela administração distrital”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	42	

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 45, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que ‘estabelece normas gerais para a realização de concurso público pela administração distrital’”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 172:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 557, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “institui a Semana Distrital do Samba no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 557, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “institui a Semana Distrital do Samba no Distrito Federal”.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		43

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 173:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 644, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "institui o Dia de Combate à Intolerância Religiosa, no âmbito do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 644, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "institui o Dia de Combate à Intolerância Religiosa, no âmbito do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 174:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 781, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "institui a Semana da Democracia nas instituições públicas e privadas de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 781, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “institui a Semana da Democracia nas instituições públicas e privadas de ensino do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 175:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.019, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “inclui no Calendário do Distrito Federal a Bienal do Livro de Brasília”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.019, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “inclui no Calendário do Distrito Federal a Bienal do Livro de Brasília”.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	45	

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 176:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.016, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "altera a Lei nº 3.585, de 12 de abril de 2005, que dispõe sobre equipar com desfibriladores cardíacos semiautomáticos externos os locais que menciona, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.016, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "altera a Lei nº 3.585, de 12 de abril de 2005, que dispõe sobre equipar com desfibriladores cardíacos semiautomáticos externos os locais que menciona, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		46

]Item nº 177:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 779, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "cria o Programa de Identificação Assistencial dos beneficiários dos programas assistenciais mantidos pelo Governo do Distrito Federal – GDF".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 779, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "cria o Programa de Identificação Assistencial dos beneficiários dos programas assistenciais mantidos pelo Governo do Distrito Federal – GDF".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 178:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 35, de 2015, de autoria do Deputado Chico Leite, que "altera o *caput* dos arts. 1º e 4º da Lei nº 4.770, de 2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		47

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 35, de 2015, de autoria do Deputado Chico Leite, que “altera o *caput* dos arts. 1º e 4º da Lei nº 4.770, de 2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 179:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 108, de 2011, de autoria do Deputado Chico Leite, que “altera a Lei nº 961, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o fornecimento de merenda diferenciada aos portadores de diabetes, nos estabelecimentos de ensino da Rede Oficial do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		48

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 108, de 2011, de autoria do Deputado Chico Leite, que “altera a Lei nº 961, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o fornecimento de merenda diferenciada aos portadores de diabetes, nos estabelecimentos de ensino da Rede Oficial do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 180:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 463, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre número de telefone específico, denominado Disque-Denúncia Escolar, e formulário eletrônico específico no sistema público de recebimento de denúncias em casos de atos ocorridos em unidades de ensino”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	49	

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 463, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre número de telefone específico, denominado Disque-Denúncia Escolar, e formulário eletrônico específico no sistema público de recebimento de denúncias em casos de atos ocorridos em unidades de ensino”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 181:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.187, de 2016, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “institui o Programa de Incentivo à Regularização de Débitos Não Tributários do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.187, de 2016, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “institui o Programa de Incentivo à Regularização de Débitos Não Tributários do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		50

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 182:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.390, de 2013, de autoria da Deputada Arlete Sampaio e do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a vinculação para a educação no Distrito Federal das receitas provenientes de *royalties* e participações especiais devidas em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.482, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a aplicação dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo da camada pré-sal, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.390, de 2013, de autoria da Deputada Arlete Sampaio e do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a vinculação para a educação no Distrito Federal das receitas provenientes de *royalties* e participações especiais devidas em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.482, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a aplicação dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo da camada pré-sal, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		51

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 183:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 761, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a transparência de leitos de UTI no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 761, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a transparência de leitos de UTI no Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 184:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.094, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “institui o Selo Empresa Amiga da Escola no Distrito Federal”.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	52	

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.094, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “institui o Selo Empresa Amiga da Escola no Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 185:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.296, de 2012, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a obrigatoriedade e a frequência de realização de treinamento preventivo e implementação do Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono (PPCIA) nas edificações e atividades eventuais do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		53

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.296, de 2012, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a obrigatoriedade e a frequência de realização de treinamento preventivo e implementação do Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono (PPCIA) nas edificações e atividades eventuais do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 186:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.374, de 2013, de autoria do Deputado Joe Valle, que “proíbe a venda casada de brindes, brinquedos e afins com refeições destinadas ao público infantil em restaurantes, lanchonetes e similares no Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.192, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “Revoga a Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008”.

A Comissão de Educação, Saúde e Cultura e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min		61ª SESSÃO ORDINÁRIA		54

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.192, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “revoga a Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008”.

No âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, somos pela admissibilidade do projeto e votamos favoravelmente.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.192, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “Revoga a Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o meu voto é pela admissibilidade integral do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		55

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.192, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “revoga a Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008”.

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, o parecer é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.192, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 984, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “institui o Banco de Sangue Virtual do Distrito Federal, e dá outras providências”.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós estamos meio perdidos aqui com as assessorias sobre que projeto é esse, o Projeto de Lei nº 1.192, de 2016. É extrapauta?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – São os dois que foram pedidos aqui no começo da sessão. Há vários extrapauta.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Eu gostaria de solicitar a leitura, Sra. Presidente. Obrigado.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	56	

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nós estamos em discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 984, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "institui o Banco de Sangue Virtual do Distrito Federal, e dá outras providências".

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 984, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "institui o Banco de Sangue Virtual do Distrito Federal, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, no mérito, nós somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 984, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "institui o Banco de Sangue Virtual do Distrito Federal, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o voto é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	57	

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 984, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “institui o Banco de Sangue Virtual do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Cotejando o projeto com aqueles aspectos que são pertinentes à análise por parte da Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se a inexistência de quaisquer óbices que possam impedir o prosseguimento do feito, razão pela qual somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 984, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, por favor, eu peço a inclusão do Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2016, na Ordem do Dia de hoje.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	58	

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é que ainda persiste a dúvida sobre o Projeto de Lei nº 1.192, de 2016, que foi aprovado. A gente gostaria que se procedesse à leitura.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Prof. Israel, o projeto revoga a Lei nº 4.081, de 4 de janeiro de 2008. Essa é a ementa, Deputado Prof. Israel.

Item 149:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2016, de autoria do Poder Executivo que “altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

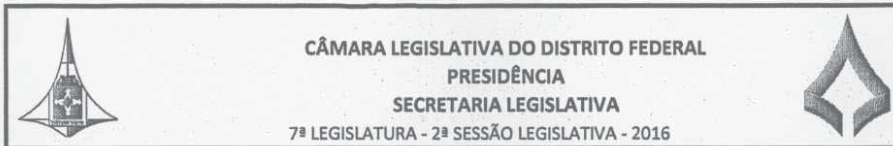
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

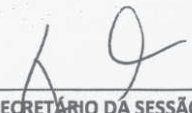
(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2016 DATA: 30/06/2016
 AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS
 TURNO: 1ª () 2ª (X) RED. FINAL (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN				1		
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS	1					
RESULTADO			20	0	0	4	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
20	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
4	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
20	QUÓRUM VOTANTE


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		59

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2016, de autoria do Poder Executivo que "altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Como não há acordo para votarmos o projeto da FAP – Fundação de Apoio a Pesquisa, e as emendas estão sendo transferidas para o item nº 150, eu vou pular o item nº 150 da pauta, enquanto os Deputados fazem as transferências que precisam ser feitas, porque – repito – não há acordo para votarmos o projeto da FAP.

Então, quem quiser fazer emenda e já havia feito ao projeto de lei da FAP deve fazer ao projeto constante do item nº 150.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de uma cópia do Projeto de Lei nº 1.192, que foi votado há pouco. Eu realmente não tive conhecimento dos detalhes do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria que providencie cópias do Projeto de Lei nº 1.192 aos Parlamentares.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, além desse projeto dos créditos, deixado para o final, tendo em vista que o remanejamento de crédito está sendo feito manualmente, peço também que o

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		60

projeto das creches, em que já há consenso para se votar, seja deixado para a etapa final, porque nós estamos formulando um substitutivo já englobando todas as emendas para ficarmos com um projeto de consenso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Peço às assessorias que agilizem.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Já estão agilizando.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Faltam pouquíssimos projetos para serem votados. Vamos finalizar logo a votação.

Item nº 151:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a garantia de isenção do pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências”.

Foram apresentadas três emendas de plenário.

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre as emendas.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a garantia de isenção do pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências”.

Sra. Presidente, recebemos três emendas: Emenda Modificativa nº 1 de segundo turno que diz:

“Dê-se ao inciso I, do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, a seguinte redação:

Art. 1º.

I – renda familiar *per capita* igual ou inferior a 2 salários mínimos”.

Esta emenda está acatada.

A Emenda Aditiva nº 2, de autoria do Deputado Julio Cesar, está rejeitada.

A Emenda nº 3 está acatada.

É o parecer, Sra. Presidente.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		61

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Quero aproveitar para registrar as presenças das Sras. Lara e Shirlene que estão acompanhando a votação do Núcleo de Fiscalização do Orçamento. Acredito que os Poderes têm condição de fazer um trabalho alinhado porque são dois órgãos de fiscalização, tanto o Ministério Público quanto a Câmara Legislativa do Distrito Federal. É obrigação tanto deste Poder quanto do Ministério Público fiscalizar o Orçamento. Agradeço a presença das duas servidoras.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Passaremos para outro item enquanto se chega a um acordo sobre essa emenda.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os decretos legislativos e as moções em bloco. (Pausa.)

Há acordo. Primeiro os PDLs.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a Magda Machado Gomes”.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que “concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a Magda Machado Gomes”.

O projeto atende a todos os requisitos. O meu voto é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		62

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 2 abstenções – Deputado Prof. Reginaldo Veras e Deputado Chico Leite.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 190:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2014, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao empresário Agenor Rodrigues Chaves Neto”.

Item nº 191:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Jorge Octávio Lavocat Galvão”.

Item nº 192:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Pedro Ivo Velloso Cordeiro”.

Item nº 193:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Ilmar Nascimento Galvão”.

Item nº 194:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao médico Renato Maia Guimarães”.

Item nº 195:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília à Senhora Cosete Ramos, educadora e primeira líder estudantil de Brasília”.

Item nº 196:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal Marcos de Araújo”.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		63

Item nº 197:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Gustavo dos Santos Fernandes".

Item nº 198:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor João Antônio Cabral Monlevade".

Item nº 199:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Frederico Salles".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a Magda Machado Gomes".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

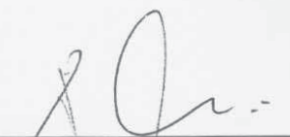
Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os projetos de decretos legislativos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016						
DATA: 30/06/2016								
PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO NºS: 281/2014, 4/2015, 7/2015, 8/2015, 62/2011, 41/2015, 114/2016, 111/2015, 20/2015, 121/2016, 135/2016								
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS (X)								
AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS			TURNO ÚNICO					
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN				1		
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS	1					
RESULTADO			19	0	1	4	0	24
RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADOS								
19	VOTOS SIM							
0	VOTOS NÃO							
1	ABSTENÇÕES							
4	AUSÊNCIAS							
0	OBSTRUÇÕES							
20	QUÓRUM VOTANTE							


SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		64

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 3 ausências.

Estão aprovados.

As matérias seguem a tramitação regimental.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão, em bloco, da redação final dos Projetos de Decretos Legislativos a seguir.

Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2014, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao empresário Agenor Rodrigues Chaves Neto”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Jorge Octávio Lavocat Galvão”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Dr. Pedro Ivo Velloso Cordeiro”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Ilmar Nascimento Galvão”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao médico Renato Maia Guimarães”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília à Senhora Cosete Ramos, educadora e primeira líder estudantil de Brasília”.

Decreto Legislativo nº 114, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal Marcos de Araújo”.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		65

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Gustavo dos Santos Fernandes".

Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor João Antônio Cabral Monlevade".

Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Frederico Salles".

Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2016, que "Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a Magda Machado Gomes".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Consulto aos Líderes se há acordo para que o Secretário proceda a leitura dos próximos itens, para votação em bloco de moções e requerimentos. (Pausa.)

Havendo acordo, solicito a leitura dos próximos itens.

Discussão e votação, em bloco, das moções e requerimentos a seguir.

Item nº 200:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 407, de 2016, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "manifesta votos de louvor e parabeniza aos policiais militares especificados pelo belo trabalho desempenhado na banda de música da Polícia Militar do Distrito Federal".

Item nº 201:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 408, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta moção de louvor a 19ª edição da Jornada Odontológica da Universidade de Brasília".

Item nº 202:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 409, de 2016, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "manifesta votos de louvor e parabeniza o Policial Militar especificado pela bravura na condução de ocorrência de tentativa de suicídio".

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	66	

Item nº 203:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 410, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta Moção de louvor ao pintor mineiro Carlos Bracher, que tomou posse na Academia Mineira de Letras, em maio de 2016”.

Item nº 204:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 411, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta Moção de louvor aos Pastores da Igreja Pentecostal da Missão Salvação da Expansão do Setor O, pelo trabalho social desenvolvido na comunidade”.

Item nº 205:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 412, de 2016, de autoria dos Deputados Wasny de Roure, Julio César, Lira, Delmasso e Celina Leão, que “manifestam moção de louvor ao Deputado Sandro Locutor, presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais e Distritais (UNALE) no ano de 2015/16”.

Item nº 206:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 413, de 2016, de autoria de vários Deputados, que “manifesta apoio aos servidores da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, no sentido de que o Governo do Distrito Federal abra um canal de diálogo com seus funcionários objetivando dar fim à greve”.

Item nº 207:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 414, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que “manifesta votos de louvor e parabeniza a professora Maria Rosana Marques Barros e os alunos do 9º ano do Centro de Ensino Médio Júlia Kubistchek da Candangolândia, pelo projeto desenvolvido juntamente com os alunos em prol da preservação do córrego guará”.

Item nº 208:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 415, de 2016, de autoria das Deputadas Telma Rufino e Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal e pela brilhante trajetória profissional de cada um, os bombeiros militares que menciona”.

Item nº 209:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 416, de 2016, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “solicita aprovação desta Casa da moção que parabeniza os Bombeiros Militares do 13º Grupamento de Bombeiro Militar do Guará, pelos bons serviços prestados a toda sociedade do Distrito Federal”.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30	06	2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

Item nº 210:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 417, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta Moção de louvor a Federação das Associações Nipo-brasileiras do Centro-Oeste (FEANBRA) pelo 5º Festival do Japão em Brasília.

Item nº 211:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 418, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta Moção de Louvor a Associação de Doulas do DF”.

Item nº 212:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.885, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 25 de agosto de 2016 em comissão geral para debater a situação do setor de serviços do Distrito Federal, bem como o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Setor de Serviços, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”.

Item nº 213:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.897, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a realização de audiência pública para discutir a duplicação da DF-130, no trecho compreendendo do balão do Arapoanga, passando pelo Vale do Amanhecer, até o balão do entroncamento da DF-250, às 19h do dia 17 agosto de 2016, em local a ser definido”.

Item nº 214:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.898, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “requer a realização de audiência pública para discutir a gestão dos espaços públicos culturais de Planaltina, Distrito Federal, no dia 10 de agosto de 2016, às 19h, na Praça do Museu”.

Item nº 215:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.910, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 11 de agosto de 2016 em comissão geral para debater o PL 445/2015, que dispõe sobre sons e ruídos, fixa níveis e horários em que será permitida sua emissão, e dá outras providências”.

Item nº 216:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.901, de 2016, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “requer a realização de audiência pública dia 1 de agosto às 15h, no plenário da Câmara Legislativa, para discutir termos circunstanciados de ocorrências e suas implicações, no âmbito do Distrito Federal”.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		68

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, estamos votando agora os requerimentos em bloco, e eu tenho dois requerimentos que já estão protocolados. Sobre eles, no meu ponto de vista, há consenso. O primeiro requer a realização de comissão geral para debater o projeto de lei do Poder Executivo que dispõe sobre as Organizações Sociais, no âmbito do Distrito Federal. A data já está reservada.

O segundo requer o encaminhamento de pedido de informação ao Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa, querendo saber o total da despesa, quem eles contrataram, por que contrataram e para onde foi o dinheiro. São esses dois requerimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – V.Exa. tem os números dos dois requerimentos?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Estão aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Encaminhe-os à Mesa, que vamos ler agora e votamos junto com os outros.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Já foi lido, está protocolado. O da OS foi lido, o outro não foi lido ainda. Eu gostaria que fosse lido.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, requerimentos de informações não são votados no plenário, mas eu acato a solicitação de V.Exa. e dou o andamento regimental, o procedimento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – E tem a convocação, a data já está reservada. É o debate das OS.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não há acordo para que o PL nº 1.192, de 2016, seja votado em segundo turno, tendo em vista que, no primeiro turno, essa matéria passou como um foguete, como um relâmpago. Praticamente nem foi lido e assim foi sendo aprovado. Então, no segundo turno, não há acordo de Líderes para votar esse projeto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é o seguinte: o cuidado que todos nós temos aqui é natural. Eu pedi para o Willemann, um dos maiores assessores que há aqui, elaborar, e foi elaborado. Eu

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	69	

estava coletando assinatura de Deputados. Creio que V.Exa. já viu o projeto. Que se resguarde aquilo que o projeto tem de bom, que preserva o Hospital da Criança. Esse projeto votado em primeiro turno, uma vez aprovado em segundo turno e sancionado, não poderá mais existir o contrato do Hospital da Criança.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, eu sugiro que se faça um substitutivo para o segundo turno, inclusive fazendo essa exceção que V.Exa. traz ao Plenário. É uma questão importante, e eu tenho certeza de que V.Exa. vai conseguir coletar assinaturas de todos nós, porque o Hospital da Criança é uma referência não só para nós, mas para o Brasil. Boa observação, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parabéns o Deputado Chico Vigilante e toda a assessoria pela apresentação e pela observação. Inclusive, compartilho do sentimento de S.Exa. Eu acho que o substitutivo, Deputado Chico Vigilante, vai resolver o problema, porque atende aos anseios, necessidades e preocupações levantadas por V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, para explicar, há pouco minha assessora de imprensa veio me dizer que eu estava sendo criticado pela imprensa, porque eu teria dado um balão em alguém. Eu estou aqui apenas secretariando a sessão. Estou lendo o que chega à Mesa, e podem ter certeza de que eu li tudo. Compete a todos nós averiguarmos o que está sendo feito. Eu estou apenas lendo o que chega à Mesa, e eram itens extrapauta.

Aproveito para requerer a V.Exa. que seja incluído o Requerimento nº 1.912, de 2016, para votação em bloco, já que está aqui desde junho de 2016.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Só um minuto. Vamos terminar de votar as moções e os requerimentos.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Minha solicitação é pertinente ao que o Deputado Bispo Renato Andrade falou.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu relatei na CCJ e li na íntegra a ementa do projeto. Essa história de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		70

que se votou rapidamente... há que se ver com a assessoria o que não está sendo passado ao Parlamentar sobre o que está sendo votado.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como Líder do Bloco Brasília em Evolução, quero deixar registrado que não existe acordo, por parte do nosso bloco, para a votação do PL nº 1.192 em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não há acordo por parte do bloco do Deputado Roosevelt Vilela. Consulto os Deputados do bloco do Deputado Wellington Luiz: há acordo?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Há acordo para votar em segundo turno, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – No nosso bloco há acordo para votarmos o projeto das OS em segundo turno?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Robério Negreiros, pela liderança do seu bloco, há acordo?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Pelo PSDB, totalmente favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, pela liderança do seu bloco há acordo?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o Bloco Sustentabilidade e Trabalho não tem acordo para votar o Projeto de Lei nº 1.192, de 2016, em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Consulto o Deputado Wasny de Roure se há acordo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, um dos integrantes da nossa bancada apresentou uma PELO que trata do assunto. Ele entende que a matéria está em processo de discussão e ficou surpreso pela maneira como o debate foi colocado, sem distribuição da propositura e sem debate por parte das Comissões. Naturalmente, esse debate é extremamente relevante para a cidade.

Nós entendemos, a princípio, que a propositura é correta, mas acaba ficando prejudicada pela maneira como foi encaminhada. Então, com todo o respeito aos colegas autores, eu creio que no segundo turno isso precisa ser revisto. Se for aprovado, que aproveemos a coisa mais consensual possível. Nossa bancada está um

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	71	

tanto quanto dividida entre os que querem emendar e os que se sentem prejudicados por proposições anteriores a essa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Consulto o Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, pela Liderança da Maioria, e também em respeito à PELO apresentada pelo Deputado Ricardo Vale, que é constitucionalmente a proposição legislativa adequada, entendo que o PL 1.192, da forma como foi apresentado, é inconstitucional. A PELO do Deputado Ricardo Vale é a matéria adequada, do ponto de vista legislativo. Sou contrário à votação, até mesmo em respeito ao colega que já levantou essa bandeira anteriormente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Estávamos em processo de votação, quando se iniciaram as solicitações. Procederemos à leitura dos dois requerimentos extrapauta.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.932, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “requer a realização de comissão geral para debater o projeto de lei do Poder Executivo que dispõe sobre as Organizações Sociais, no âmbito do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.912, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “requer a realização de audiência pública no dia 25 de agosto de 2016, às 19h, no Plenário, para debater a falta de políticas públicas à saúde bucal e as condições de trabalho dos profissionais de odontologia no Distrito Federal”.

Em discussão as moções e os requerimentos. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as moções e os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016	
		DATA: 30/06/2016
MOÇÕES Nº 407/2016, 408/2016, 409/2016, 410/2016, 411/2016, 412/2016, 413/2016, 414/2016, 415/2016, 416/2016, 417/2016, 418/2016		
REQUER Nº 1.885/2016, 1.897/2016, 1.898/2016, 1.910/2016, 1.901/2016, 1.928/2016, 1.912/2016		
AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS		TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN				1		
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAÍ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS	1					
RESULTADO			21	0	0	3	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADOS	
21	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
3	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
21	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min		61ª SESSÃO ORDINÁRIA		72

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Estão aprovados.

Retificando: o requerimento do Deputado Chico Vigilante lido ontem na sessão ordinária é o Requerimento nº 1.928.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria apenas dizer à bancada do Partido dos Trabalhadores que não há óbice para construirmos um projeto de consenso sobre a OS desde que, na essência, seja similar ao nosso. Quanto ao substitutivo, nossa bancada não vê nenhum problema.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado. Agora nós temos condição de votar o projeto sobre a primeira infância, Deputada Luzia de Paula?

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Sem revisão do orador.) – Presidente, queria reiterar a V.Exa. que apresentei um requerimento solicitando que não votássemos – a não ser nas hipóteses de consenso do Colégio de Líderes – nenhum projeto que não tivesse passado pelas Comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Então, tenho que retirar de pauta várias proposições do Executivo que chegaram ontem, Deputado Chico Leite. Estamos votando, inclusive, esse projeto sobre a primeira infância!

Estamos tentando entrar em consenso, estamos usando o Regimento. Em relação a uma ou outra matéria é que estou flexibilizando, quando há consenso da maioria, mas quero, sim, acatar a solicitação de V.Exa. Estou tentando fazer dessa maneira. Esse que vamos votar agora sobre a primeira infância é do Executivo e chegou ontem!

DEPUTADO CHICO LEITE – Quanto a esse, Presidente, sei que há consenso. Agora, quanto ao Projeto de Lei nº 1.192, já me manifestei na própria Comissão de Constituição e Justiça contrariamente à gestão de Organizações Sociais na Saúde. Um projeto desse precisa de um debate profundo. Não há como debatê-lo aqui – com todo o respeito aos colegas que defendem o tema – sem que passe por uma comissão geral, pelos debates técnicos. Parece-me que, para votarmos um projeto dessa natureza, precisamos aprofundar a discussão.

É nesse sentido o meu requerimento, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado Chico Leite.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		73

Solicito ao Secretário, Deputado Bispo Renato Andrade, que proceda à leitura do item nº 151.

Item nº 151:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a garantia de isenção do pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências”.

Quero saudar o pessoal da galeria, os inspetores fiscais que estão aqui na expectativa – boa tarde, sejam bem vindos –, bem como o pessoal da Defensoria, do concurso público, e os nossos servidores da Câmara também, que estão aguardando a votação do PL da reposição de perdas. Nós também vamos votar hoje, pessoal.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria, Projeto de Lei nº 1.179, de 2016.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a garantia de isenção do pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências”. Somos pela admissibilidade nos termos do parecer da CESC. É este o parecer da CEOF, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas ao Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a garantia de isenção do pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências”.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	74	

Trata-se de parecer sobre a Emenda Modificativa nº 1, de segundo turno; Emenda Aditiva nº 2, de segundo turno; e Emenda nº 3, de segundo turno.

O meu parecer é pela admissibilidade das três emendas.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, retificando, o meu parecer, sou pela admissibilidade, na forma do parecer da CESC.

Sra. Presidente, peço escusas. Corrigindo o parecer: somos pela admissibilidade da Emenda nº 1, pela inadmissibilidade da Emenda nº 2 e pela admissibilidade da Emenda nº 3.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		75

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a garantia de isenção do pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputada Luzia de Paula, o projeto das creches está pronto para votarmos? Ainda não? (Pausa.)

Item nº 187:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.111, de 2016, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “cria cargos comissionados no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal”.

A matéria não foi apreciada pelas Comissões. A Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Eu gostaria de chamar um representante do sindicato – o Presidente do nosso sindicato, o Sindical – para vir aqui, porque estamos com uma informação. Alguém do Sindical pode descer aqui? Cadê o Presidente do sindicato? Átila, venha aqui. (Pausa.)

Obrigada.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da CAS sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.111, de 2016, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “cria cargos comissionados no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, no mérito, somos pela aprovação do referido projeto.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		76

É o parecer, Sra. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 2 votos contrários.

A Presidência designa o Deputado Ricardo Vale para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Ricardo Vale, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito alguns minutos para analisar o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Sim. V.Exa. é o Presidente da Comissão. Acatada sua solicitação. Concedido o prazo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o companheiro Deputado Ricardo Vale pediu para analisar o projeto a fim de poder proferir o parecer.

Eu tenho um documento técnico aqui, que vou expor para todos os Deputados, a respeito desse projeto, porque acho que é importante votarmos com clareza, sabendo efetivamente o que estamos votando.

Análise do Projeto de Lei nº 1.111, de 2016, de autoria da Defensoria Pública. Resumo do projeto. O projeto de lei tem por objetivo exclusivo criar os cargos em comissão abaixo na estrutura da Defensoria Pública do Distrito Federal: Assessor Especial, CNE-07, 20 cargos; Diretor Administrativo, CNE-07, 20 cargos; Coordenador de Núcleo de Atendimento, DFG-14, 15 cargos; Gerente Administrativo, DFG-16, 35 cargos; Assessor, DFG-14, 40 cargos; Secretário do Núcleo de Atendimento, DFG-12, 30 cargos; Assessor Técnico, DFA-10 30 cargos; Assistente Administrativo, DFA-08, 20 cargos; Assistente de Núcleo de Atendimento, DFA-08, 20 cargos; Encarregado de Núcleo de Atendimento, DFA-06, 20 cargos.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		77

Segundo o projeto, o provimento dos cargos ficará condicionado à existência de disponibilidade orçamentária.

Análise. Situação atual. Conforme dados publicados no Diário Oficial de 2 de maio de 2016, página 4, a Defensoria Pública do Distrito Federal conta atualmente com 900 cargos; sendo 560 da estrutura da própria Defensoria, 168 requisitados do Distrito Federal, 1 requisitado de fora do Distrito Federal, 163 servidores comissionados sem vínculo com o serviço público e 8 servidores cedidos para outros órgãos ou entidades.

Desses 900 cargos, 227 são cargos em comissão, sendo 64 ocupados por servidores com vínculo com o serviço público e 163 por servidores sem vínculo com o serviço público, o que corresponde a 71,8% de cargos em comissão providos por servidores sem vínculo, contrariando a Lei Orgânica do Distrito Federal – art. 19 –, que manda prover 50% desses cargos por servidores de carreira.

Com a remuneração desses cargos comissionados, segundo a distribuição por símbolo, de 31/12/2014, a Defensoria Pública pode despende, no máximo, R\$8.827.895,91 (oito milhões, oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos), conforme quadro abaixo. E, aí, eu especifico o quadro.

A distribuição dos cargos acima pode ter sofrido uma ou outra alteração interna, mas, como é proibido, o aumento de despesa não deve ser superior a isso.

Impacto da criação dos cargos comissionados:

A Exposição de Motivos do Defensor Público-Geral não estimou o quanto irá gastar com a criação dos cargos em comissão. Todavia, a partir da tabela de remuneração desses cargos – Lei nº 4.584, de 8/7/2011 –, é possível estimar a nova despesa, conforme quadro seguinte:

CNE 07 – 40; remuneração – R\$4.684,63 (quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos); total – R\$187 mil; 20% de INSS, mais R\$37 mil; auxílio alimentação, mais R\$15.780,00 (quinze mil, setecentos e oitenta reais); total – R\$240 mil. Juntando tudo, dá R\$11.725.523,04 (onze milhões, setecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e vinte e três reais e quatro centavos).

Aspectos formais.

Há alguns aspectos formais que não foram observados na apresentação do Projeto de Lei:

1º – ausência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LODF, art. 157, §1º) e na LDO/2016. Existe autorização para reestruturar os cargos, em 2016, no máximo em R\$1 milhão.

2º – ausência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

3º – ausência de declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamentária Anual e

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		78

compatibilidade com o Plano Plurianual e com a lei de Diretrizes Orçamentárias (LRF, art. 16).

4º – não cumprimento de várias exigências da LDO/2016:

Art. 48. Ao projeto de lei que trate de acréscimos às despesas de pessoal, aplica-se o seguinte:

I – não pode conter dispositivo, Deputado Chico Leite, com efeitos financeiros anteriores ao mês da entrada em vigor da lei ou da sua plena eficácia;

II – deve estar acompanhado das seguintes informações:

a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e a existência de margem de expansão de despesa de caráter continuado;

b) declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com esta lei e com o Plano Plurianual para 2016, devendo ser indicada a natureza da despesa e o programa de trabalho que contenha as dotações orçamentárias correspondentes;

c) demonstração de que a exigência contida no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, e no art. 157, § 1º, II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, está atendida no Anexo IV desta lei;

d) informação sobre a origem dos recursos necessários para o custeio da despesa a ser acrescida;

e) tabela de remuneração vigente e tabela de remuneração a ser deliberada.

5º – impossibilidade de serem criados novos cargos enquanto o Poder Executivo estiver no limite prudencial, uma vez que as despesas de pessoal são ali computadas.”

Essa é a nossa apreciação a respeito. Por isso, no mérito, vou votar contra. Tenho o maior respeito pela Defensoria Pública do Distrito Federal, mas não posso violar a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uma leitura muito rápida do Ofício nº 866, de 2016, do Gabinete da Seplag, endereçado ao Diretor da Defensoria Pública do Distrito Federal:

“Referência: Comunica impossibilidade de realizar a redistribuição de servidores para a Defensoria Pública do Distrito Federal, nos termos do art. 43, da Lei Complementar nº 840/2011.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		79

Senhor Defensor Público-Geral.

Dirijo-me a V.Exa. com o intuito de comunicar que, em virtude da publicação da Lei Complementar nº 908, de 7/1/2016, que altera a Lei Complementar nº 828, de 27/7/2010, a qual regula a prestação de assistência jurídica pelo Distrito Federal, o Poder Executivo fica impossibilitado de realizar a redistribuição de servidores para a Defensoria Pública do Distrito Federal, nos termos do art. 43, da Lei Complementar nº 840/2011.

Tal medida decorre das autonomias funcional e administrativa conferidas à Defensoria pelo art. 134, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal, art. 114, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e reforçadas pela Lei Complementar nº 908/2016, a qual possibilita à DPDF a abertura de concurso público e provimento de cargos efetivos, funções de confiança e cargos em comissão de suas carreiras e dos serviços auxiliares.”

Sra. Presidente, esse ofício data de 25 de junho de 2016, ou seja, da semana passada. Enfim, o que o Poder Executivo faz com esse ofício, se ele se tornar efetivo, é acabar com a Defensoria Pública do Distrito Federal, porque temos mais de trezentos servidores daquela Casa nessa condição. Isso é do conhecimento do Poder Executivo. Daí, parece-me imperioso que possamos dar a condição necessária para que a Defensoria Pública continue funcionando, mesmo que contrariando os interesses do Governo do Distrito Federal, que não quer dar assistência jurídica aos seus jurisdicionados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, estivemos, eu e um dos nossos assessores, nesta semana, com a Secretária de Planejamento, o Secretário de Educação, o Professor Murad, que se encontra no *hall* da nossa Casa, e a sua equipe, na Fundação da Universidade do Distrito Federal, que é o modelo que está sendo desenvolvido – foi o grande mentor da FEPECS – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde –, debatendo sobre uma questão específica. A questão era a necessidade deles de dezoito cargos, para poderem viabilizar um projeto da maior importância para a cidade. Está chegando aqui o Deputado Cláudio Abrantes, um dos grandes batalhadores desse projeto.

Qual não foi a decepção, Deputada Celina Leão, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal? A Secretária foi taxativa: “Não há grau de liberdade para novas contratações em cargos comissionados no Distrito Federal.” Esse é primeiro ponto.

Com o segundo ponto é que estou muito preocupado, Sra. Presidenta. Tenho o maior respeito por esta Casa. Estou aqui já há alguns mandatos, e matérias que tomaram dimensões na mídia... Porque quem levantou esse debate, da forma como

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		80

o Deputado Chico Vigilante colocou, foi a mídia. Foi ela quem chamou a atenção para esse projeto.

Quero fazer a discussão do ponto de vista do serviço prestado. Aí, eu quero lembrar quando nós votamos aqui, Presidenta, a questão da redução da carga horária na Secretaria de Saúde, que hoje é um dos gargalos que o Governo do Distrito Federal e a própria saúde estão vivenciando. Recentemente fui cobrado pelo Secretário de Saúde. Eu tive que pôr a mão na consciência para alguns atos que nós fizemos no passado. Acho que a gente precisa ter um pouco de autocrítica, quando depara com uma proposta dessas.

Eu quero me dirigir aos servidores da Defensoria Pública e, em particular, aos defensores. Desde que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja observada na cota que cabe à Defensoria Pública, nada contra. O que a gente precisa entender é esse processo de empoderamento do próprio Ministério Público, a conquista da autonomia.

Eu acho que a discussão não é sobre a questão de 264, a discussão é sobre a questão da autonomia. A Câmara votou uma emenda à Lei Orgânica, conferindo ao órgão uma autonomia, e eles estão apresentando um processo de estruturação. Pode até não satisfazer. Nós temos lá 50% que têm que ser do quadro, como a Lei Orgânica estabelece.

Se a lei anterior, a Lei Orgânica, Deputado Raimundo Ribeiro, previu a autonomia do órgão, isso incomoda a mídia, incomoda o quadro? É bem verdade, incomoda, mas é uma decisão para este órgão, que tem a finalidade de servir à sociedade na intensidade da demanda. Se isso for respondido à altura, eu sou plenamente favorável.

Contudo, eu não abro mão do serviço que cabe à Defensoria fazer, Deputado Chico Leite. Os resultados são alvissareiros. Estou acreditando neles porque sou testemunha do que tenho visto aqui na Câmara, o que foi uma decisão extremamente importante. De fato, à Câmara não cabe abrir espaço para este ou para aquele órgão da Administração Pública. É verdade, não cabe, mas cabe servir à população.

Então, se essa compreensão a Defensoria tem, seus servidores e os defensores têm, eu prefiro o desgaste de votar favoravelmente, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, a evitar quadros para poder provisionar um serviço. Essa é uma cobrança que eu faço. Então, para eu ter direito de cobrar o serviço, eu voto favoravelmente ao projeto. Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Só a título de informação, o Tribunal de Contas acaba de decidir que essa despesa não se submete à Lei de Responsabilidade Fiscal.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		81

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Essa era uma das informações que eu daria.

Está claro que existe uma briga política por trás disso. O que o Governador quer, o que o Governo do Distrito Federal quer é sucatear a Defensoria Pública. Por quê? Porque a Defensoria Pública não se submeteu. A política da defensoria hoje é uma política de Estado, não é uma política de Governo. Por isso está sofrendo as consequências – e esta Casa não pode se submeter a isso.

Há pouco, nós recebemos a informação de que eles vão perder os vigilantes, vão perder o pessoal da limpeza. Quem vai fazer isso? Se nós não tivermos o zelo, se nós tivermos o cuidado de tratar disso, se nós não tivermos o cuidado de amparar aquelas pessoas que amparam os mais simples, os mais pobres, o que vai acontecer com a Defensoria Pública do Distrito Federal?

Presidente, esta Casa tem a oportunidade, neste momento, não de estar do lado dessa ou daquela entidade, mas de estar do lado dos mais pobres, daqueles que precisam, todos os dias, de uma instituição que os ampare. Todo mundo está vendo a intenção clara do Governo do Distrito Federal, e os Parlamentares também. Não podemos nos apegar aqui. Não há duzentos, trezentos cargos, não, Presidente. São duzentos cargos administrativos que vão, com certeza, dar condições de trabalho – ou, então, a Defensoria vai parar. É claro que – e volto a dizer – o que há por detrás disso é uma birra pessoal do governo, que se apega a coisas pequenas.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu corroboro com as questões levantadas pelo Deputado Wellington Luiz, mas eu gostaria também, Deputado Wellington Luiz, que o mesmo zelo que temos com a Defensoria Pública, nós tivéssemos também com a CEB, que é de extrema relevância para o Distrito Federal, e com a Codhab.

Nós temos aqui o Presidente da Codhab, que já conversou com vários Deputados – o Presidente da CEB também –, e colocou a importância da votação, porque são projetos administrativos. Quanto à Codhab, o edital já está pronto para fazer o concurso. Ela só precisa de mais um prazo para prorrogar essa questão. Já foi aprovada a autorização para a venda das ações da CEB. Agora, nós precisamos criar o orçamento.

Então, são questões administrativas que a Casa tem que enfrentar e decidir no dia de hoje. Então, eu solicito que a mesma deferência que tem sido dada à Defensoria Pública seja dada à CEB e à Codhab.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		82

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu estava ouvindo atentamente o Deputado Chico Vigilante – tive que sair e peguei um pouco da fala do Deputado Wasny de Roure e da do Deputado Wellington Luiz. Eu acho que aqui a gente tem que ouvir para formar a convicção.

Primeiro, estávamos vendo a questão da reposição de perdas dos nossos servidores aqui da Câmara. Perguntaram se sou favorável: eu sou extremamente favorável. Eu acho que a gente só constrói valorizando aqueles que trabalham com a gente.

Eu falo com muita propriedade sobre a Defensoria Pública. Passei três anos três anos da minha vida na Defensoria Pública do Distrito Federal. Eu não tive competência para me manter lá, por isso fui para o Governo Federal, para a Procuradoria do INSS, mas quero lembrar uma coisa muito importante: a Defensoria precisa e precisa muito de bons olhos do governo.

Estarrece-me uma coisa: o governo tem mais de 20 mil cargos comissionados, querem acabar a Defensoria Pública! Nós vimos ainda há pouco ali. A Leany pediu que duzentos servidores que estão hoje na Defensoria voltem para os órgãos de origem. Vai acabar-se, então, a Defensoria? É isso que se quer?

Eu vou formar a minha convicção, mas até o primeiro momento, eu sou extremamente favorável. Não sei se aos 250, talvez pudesse até reduzir um pouco, mas eu acho que não se pode acabar com a Defensoria Pública, e a gente tem que construir essa alternativa e votar isso o mais rápido possível.

Deputado Roosevelt Vilela, V.Exa. falou da Codhab. Eu quero dizer uma coisa para V.Exa.: estamos aqui sendo criticados por um punhado de coisas: não se pode votar isso porque chegou ontem; não se pode votar porque chegou hoje. O governo chegou aqui com muitos projetos ontem, inclusive um que eu pedi que se votasse, referente ao PAS. Chegou ontem, e nós ontem o aprovamos e o votamos, em segundo turno. Hoje, esse da creche que a Deputada Luzia de Paula pediu. Eu acho que temos que ser coerentes com as coisas que fazemos, sim.

Eu quero formar a minha convicção, mas não venham com essa de que não houve construção de um lado, que não houve construção do outro lado. A gente tem que ser favorável a tudo. Hoje, hoje, hoje, eu voto a reposição de perdas dos nossos servidores, voto a questão da Defensoria, se eu me sentir convencido até o final dos debates.

Acho que todos estão debatendo nesse sentido, eu não posso ter medo de defender uma instituição em que eu acredito. E eu acredito na Defensoria Pública do Distrito Federal, por isso sempre vai ter meu apoio e meu respeito. Só quero ouvir

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30	06	2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	83

essa construção, porque tenho certeza de que, sem Defensoria, é como está dito ali: não há cidadania.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Bispo Renato Andrade, eu só quero fazer uma observação sobre o que foi falado a respeito da Defensoria Pública. Eu acredito muito que essa instituição faz um trabalho tal, que olha lá qual Secretaria tem o alcance que a Defensoria Pública hoje tem!

Quero fazer algumas observações para que os colegas fiquem atentos ao que está acontecendo. O orçamento da Defensoria Pública que veio para esta Casa teve um corte no orçamento já do ano passado. O mesmo valor que eles teriam o ano passado veio com um corte feito pelo Governo do Distrito Federal em quase 60%. É como se a Defensoria estivesse encolhendo, ao invés de estar crescendo. Só este ano, Deputado Wasny de Roure, o Dr. Ricardo inaugurou dez novos núcleos.

Eu quero parabenizar V.Exa., o Deputado Agaciel Maia, e todos os membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que reajustaram o orçamento ao valor normal. Eles não querem valor a mais no orçamento. E nós sabemos que a Defensoria Pública vai ter que ajustar esses cargos comissionados dentro do Orçamento, do que já é previsto na LDO. Eles não podem ultrapassar o Orçamento, mas o que eles não podem também, Deputado Wasny de Roure, é permitir que o Governo do Distrito Federal faça um ofício para requisitar quase trezentos servidores de volta para o Governo do Distrito Federal. Eles, que têm hoje competência e autonomia administrativa, não podem deixar de pedir, em caráter de emergência e excepcionalidade, senão vão fechar, um projeto de lei que venha prover toda a parte administrativa.

Eu acho que há, sim, uma insensibilidade por parte do Governo do Distrito Federal, que não conseguiu ainda alcançar isso. Deputado Wasny de Roure, os núcleos estão sem vigilantes, porque encerraram o contrato e simplesmente mandaram um recado para a Defensoria – estão sem vigilantes. É um processo em que realmente percebemos muita falta de sensibilidade. Só trago um dado para V.Exas. Esse pequeno núcleo aqui nesta Casa, com menos de sete servidores, no ano passado, atendeu 6 mil pessoas – 6 mil. É esse cenário que nós estamos vivendo.

Eu não tenho dificuldade de fazer essa discussão, porque o que se percebe é a desconstrução de uma entidade que é forte, que tem trabalhado, que garantiu recursos para os concursados. Tem-se a previsão de chamarem os concursados esse ano e de terminarem de chamar o restante dos defensores, porque isso foi garantido pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Quero parabenizar novamente o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Agaciel Maia, que fizeram essa defesa, mas é importante fazermos esse parêntese sobre o que está acontecendo.

A todo momento, é como se a Defensoria Pública fosse um órgão prejudicial ao Estado. Deputado Chico Leite, se o Ministério Público fosse mantido pelo Estado, será que teria havido esses cortes que têm sido feitos na Defensoria Pública? É dessa

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		84

forma que vamos tratar a autonomia dos órgãos? A Defensoria cresceu muito. Ela tem o direito de fazer as Ações Cíveis Públicas, que são importantes para a comunidade e para nós que vivemos num Estado muito judicializado, com leis fortes.

O mais importante de tudo: eles cuidam daquele de que ninguém quer cuidar, que ninguém muitas vezes nem vê, que ninguém nem alcança.

Então, eu não tenho dificuldade de fazer esse debate com seriedade. O Dr. Ricardo sabe que ele vai ter que se pautar pela lei e pelo Orçamento que já está aprovado, ele não pode alcançar nada além do Orçamento que está aprovado, mas ele não pode, como gestor do órgão, com essa ausência de servidores, deixar que a Defensoria Pública vá à extinção. Não é esse o objetivo.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só quero parabenizar V.Exa. por trazer esse debate. Fica claro para mim, Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Raimundo Ribeiro, que a estratégia do governo é sucatear a Defensoria. Parece que o governo tem alguma coisa contra os pobres.

Os pobres precisam da Defensoria Pública. Precisam porque, para conseguir uma consulta, têm que entrar na Justiça, muitas vezes. Para conseguir uma UTI, dependem da Defensoria Pública, precisam entrar com ação judicial por meio de um defensor público. Para conseguir vaga numa creche – temos dezessete creches prontas no governo anterior que esse governo sequer inaugurou –, muitas vezes dependem da Defensoria Pública, para ter onde colocar seus filhos.

Então, digo a V.Exa. que me somo ao Deputado Raimundo Ribeiro e a V.Exa. e já adianto o meu voto favorável a esse projeto.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, também quero me manifestar sobre essa matéria e dizer que igualmente sou favorável a essa questão da Defensoria Pública. No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não só eu, mas também o Deputado Agacieli Maia, o Deputado Rafael Prudente, o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Prof. Israel votamos “sim” pela Defensoria, pelos defensores e pelos servidores daquele órgão, por reconhecer o trabalho importante que eles vêm realizando em todo o Distrito Federal.

Eu sou testemunha disso porque atendo muitas pessoas no meu gabinete que não têm condições financeiras para contratar um advogado. Aqui nesta Casa temos o núcleo da Defensoria que sempre nos tem atendido de uma forma muito rápida e prestativa, por entender que realmente precisamos ajudar nossa população.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30	06	2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	85

No entanto eu acho que devemos ter isonomia nesta Casa. Já disse e vou repetir que sou favorável, porque temos de dar mais condições à Defensoria. Mas temos diversos projetos nesta Casa, hoje, que são tão importantes quanto o projeto dos defensores e dos servidores. O Deputado Wellington Luiz disse que é um problema político. Quero dizer, Deputado Wellington Luiz, que, se não aprovarmos alguns desses projetos, vai realmente parecer que são problemas políticos, que esta Casa está jogando também para o Executivo.

Essa questão da Codhab é algo que foi aprovado por muitos Deputados na legislatura passada, inclusive por V.Exa., pelo Deputado Robério Negreiros, pelo Deputado Wasny de Roure. Na época em que criaram essa lei, em 2014, votaram “sim”, e nós sabemos que foram dados dois anos para fazer o concurso público. Infelizmente, Brasília está vivendo uma crise financeira, e é proibido se fazer concurso público, quando se está dentro do limite prudencial. A Lei de Responsabilidade Fiscal não permite isso. Então, o que a Codhab está querendo é que se prorrogue esse concurso. Se a Casa não entender que pode ser feito em dois anos, vamos fazer o que fizemos com relação aos puxadinhos.

O que defendemos aqui, Deputado Chico Leite? A nobre Deputada Telma Rufino deu a ideia, que foi aprovada, de três meses. Por que não renovamos, então, por seis meses ou um ano? Nós não podemos trazer para esta Casa... Sim, o governo demorou a enviar o projeto para cá? Isso já está claro, demorou. Poderia ter mandado antes? Mas nós não podemos também sair daqui com a responsabilidade de deixar 217 pessoas com esse problema.

Outro fato que trago aqui é que estamos vendo que esse projeto ainda está passando pelas Comissões. Por que não podemos colocar em pauta o projeto da CEB? Ele passou em todas as Comissões, o Colégio de Líderes disse sim à CEB, e, de repente, não o votamos? Por quê? Qual é a razão? Qual é a justificativa, Deputado Wasny de Roure? Eu queria saber, poxa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Julio Cesar, eu quero informar aos colegas que recebemos as respostas às solicitações feitas ao governo. No momento do debate sobre esse projeto, quero me posicionar sobre as informações, mas recebemos a resposta do governo no dia de hoje.

Falo isso para tranquilizar os colegas e para dizer que, sobre algumas questões, o governo não tem informações. Mas pelo menos admitiu isso. No momento certo, eu gostaria de informar sobre isso. Pedi para fazer uso da palavra porque cobraram de mim, da tribuna, questionamentos sobre o projeto. Mas quero dizer que as respostas já chegaram a mim.

DEPUTADO JULIO CESAR – Eu finalizo, Sra. Presidente, dizendo que precisamos saber: vamos votar o projeto da CEB ou não vamos? O projeto da Caixa

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		86

Econômica, que estava na Ordem do Dia, foi divulgado às 14h que não será mais votado. O Deputado Bispo Renato Andrade disse: “Estamos liberando alguns projetos do Executivo para serem votados”. Mas, se analisarmos, o projeto do PAS – Programa de Avaliação Seriada o próprio Deputado Bispo Renato Andrade solicitou, bem como o Deputado Prof. Reginaldo Veras. Quem solicitou o projeto das creches não foi o governo, foi a Deputada Luzia de Paula, porque S.Exa. tem um projeto nessa área.

O que eu gostaria de trazer para esta tarde é uma reflexão. Eu sei, são muitos projetos. Não dá? Mas tem alguns que são de extrema necessidade. Eu quero dizer que sou favorável à votação do projeto da CEB; eu, Deputado Julio Cesar, sou favorável ao projeto da Codhab, por respeitar os 217 funcionários, mas nós queremos também a compreensão. Há projetos de que nós já abrimos mão. O Deputado Robério Negreiros disse: “Não é possível votar o DER.” Já abrimos mão. Não tem problema, não. Vamos ver esse.

Obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, depois de todos os Deputados falarem sobre o caso da Defensoria, nós votamos pela autonomia. Sem esses cargos que a própria Secretária de Planejamento já está reivindicando, pode ser até uma forma válida. Eu acho que temos que fazer essa adequação, senão fere a autonomia.

O argumento mais forte que acabou de sair foi essa decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Eu não tive acesso, mas a própria defensora acabou de informar que eles estão fora do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, dessa forma, o meu voto é favorável a votarmos o projeto da Defensoria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro, temos que colocar aqui a verdade dos fatos. Quando se impediu a inclusão na pauta da questão da Codhab, foi devidamente fundamentado, ou seja, o governo, de modo irresponsável, encaminhou o projeto ontem com o objetivo de não permitir a discussão. Esse é o ponto.

O projeto da Defensoria Pública está aqui há muito tempo, mas eu vou um pouco mais além. Eu quero dizer que o Deputado Wellington Luiz fez uma denúncia que é gravíssima, quando disse que o que se estabeleceu aí foi uma guerra do Governador com a Defensoria Pública, ignorando o que significa a Defensoria Pública. Nas palavras daquele que foi um dos seus fundadores, o Humberto, a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30	06	2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	87

Defensoria Pública é, de todas, a mais nobre das advocacias, porque ela realmente permite o acesso daquelas pessoas que necessitam de uma prestação jurisdicional.

Evidentemente, é necessário estabelecer que a Defensoria Pública é uma atividade de Estado, não pode ser uma atividade de governo. Eu me lembro bem, quando era Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Deputado Cristiano Araújo, de que a Defensoria Pública era vinculada à Secretaria. Naquela época, nós nos somamos aos defensores públicos para poder promover a autonomia daquela instituição. Lembro-me, inclusive, de alguns governantes que me perguntaram: "Mas você é besta! Você tem poder e vai abrir mão?" Besta é o governante que pensa que tem o poder. Na verdade, o poder é do cidadão do Distrito Federal, que tem como instrumento a Defensoria Pública.

Então eu quero aqui dizer que esses fundamentos da existência da Defensoria Pública, aliados ao ofício que foi encaminhado – um ofício afrontoso do Governo do Distrito Federal –, que retira praticamente toda a parte administrativa da Defensoria Pública, significa claramente: "Olha, vocês vão acabar ou, se não quiserem acabar, verguem, se submetam àquilo que o governo quer que seja feito." Quero parabenizar a Defensoria Pública por não aceitar se submeter a essa relação de vassalagem que o governo quer impor à Defensoria Pública.

Já tem o meu apoio e tenha certeza, Sra. Presidente, que vamos saber separar a situação da Defensoria Pública da situação dos outros que foram colocados aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 1.111, de 2016, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que "cria cargos comissionados no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal".

Sra. Presidente, diante do exposto, sou pela aprovação no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 4 votos contrários.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		88

Solicito ao Presidente Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, designo o Deputado Rafael Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.111, de 2016, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “cria cargos comissionados no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal”.

Sra. Presidente, o parecer deste Relator, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é pela aprovação.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBERIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.111, de 2016, de autoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, que “cria cargos comissionados no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal”.

Sra. Presidente, como é uma forma de adequação aos cargos que estão sendo substituídos e impedidos de serem devolvidos ao GDF, eu não vejo nenhum óbice quanto a sua admissibilidade. O meu voto é pela admissibilidade, na integra, do presente projeto.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	89	

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.111, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 5 votos contrários.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 188:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 533, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “institui o Programa Bolsa Educação Infantil destinado ao atendimento das crianças que não obtenham vagas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.177, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Bolsa Educação Infantil – Pré-escola, destinado ao atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, e dá outras providências”.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acatando a solicitação da Deputada Luzia de Paula, na questão de ontem, defiro a tramitação conjunta *ad referendum* do Projeto de Lei nº 533, de 2015, e do Projeto de Lei nº 1.177, de 2016. Nesse sentido, retorno o projeto à CESC, à CEOF e à CCJ para proferirem parecer sobre o projeto, bem como sobre as emendas apresentadas às Comissões.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço encarecidamente três minutos, porque nós estamos construindo um substitutivo de consenso. Três minutinhos, e ele estará pronto. Por favor. Passemos para o próximo item de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Cadê o item dos servidores? Está pronto, Deputada Sandra Faraj?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30	06	2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	90

Item nº 189:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.189, de 2016, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a remuneração das tabelas do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Só estamos mudando o texto rapidinho, pessoal, pelo acordo feito com o Tribunal de Contas. Ok?

(Pausa)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 150:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.119, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$8.287.109,00 (oito milhões, duzentos e oitenta e sete mil, cento e nove reais)”.

O projeto foi aprovado em primeiro turno, foram apresentadas 49 emendas de Plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Há alguns Deputados que ainda estão protocolando emendas, vamos ter que retificar o número de emendas.

(Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, a Senhora pode...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Desculpe, Deputado.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Agaciel Maia, eu estou recebendo informações aqui, se quisermos, para adiantar, votar a LDO, já podemos. Depois votamos os outros itens. Ok?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Tudo bem.

Item nº 148:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, e dá outras providências”. (LDO)

Em discussão o projeto em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		91

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, e dá outras providências”. (LDO)

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quanto ao projeto da FAP, que estava na apresentação das emendas dos Parlamentares e que não está sendo votado, eu criei um instrumento por meio da consultoria, uma subemenda, que vai permitir a migração de todas as emendas. Alguns Deputados conseguiram fazer as emendas nesse projeto que está sendo votado, mas outros nem sequer ficaram sabendo. Para que esses Deputados não fiquem prejudicados, apresentarei uma subemenda de relator em que todas as apresentadas no projeto da FAP migram automaticamente para o novo projeto, possibilitando, assim, aos Parlamentares que não tiveram tempo hábil ou que não tomaram conhecimento reapresentarem as suas emendas nesse outro projeto e não serem prejudicados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Agaciel Maia, e quanto ao Deputado que fez nos dois projetos, no relatório final, V.Exa. daria a prejudicialidade de um?

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	92	

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Exatamente. Eu vou considerar prejudicadas ou rejeitar as emendas apresentadas no atual projeto, tendo em vista que essa subemenda prejudica todas as emendas apresentadas. E, no projeto anterior, eu faço exatamente a eliminação das emendas, tendo em vista que essa subemenda já vai automaticamente fazer essa correção.

Eu não sei exatamente o *timing*, mas a assessoria técnica da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças já está vindo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado. Eu acato a questão de V.Exa. e solicito que seja feita a subemenda.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu tenho uma sugestão que pode ser que acomode as dificuldades. De repente você pode fazer a supressão da rubrica que estava sendo aberta para a FAP e considerar o crédito suplementar do governo. É possível, e só mexe com... (Pausa.)

Compreendeu? Cancela somente a rubrica que era para a FAP e permanecem as emendas dos Parlamentares, caso V.Exa. concorde.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Marcelinho disse que é mais fácil...

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, dentro disso que o Deputado Cristiano Araújo estava falando, eu estava conversando com o Joan, que é assessor e que trabalhou na Fazenda. Houve um problema, há uns anos, com essa forma e tem gente que acabou respondendo... Talvez a forma que o Deputado Cristiano Araújo falou seja melhor para poder adequar. É só analisar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. O que V.Exas. resolverem.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, o substitutivo já está pronto?

(Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vai dar confusão. O que acontece? O mais simples – e seria o adequado – é que nós votássemos os dois projetos, porque estamos com duplicidade de emendas. Há emendas que estão sendo apresentadas agora no Projeto de Lei nº 1.119. Então, eu

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	93	

queria saber se haveria uma reconsideração dos Srs. Parlamentares para votarmos os dois projetos. Com certeza vai dar confusão, porque há duplicidade. Está muito confuso aqui.

Mesmo com quem já foi Secretário de Planejamento e com o corpo técnico todo da Casa, está muito embaralhado. A forma mais simples seria votarmos os dois projetos, de maneira que viessem contemplar... e não criar essa confusão em cima das emendas parlamentares. Quando voltarmos em julho, teremos praticamente quatro meses para execução dessas emendas.

Eu faço um apelo, porque juntando toda a discussão dos técnicos, há risco.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou consultar os Líderes.

Quanto à proposta do Deputado Agaciel Maia, eu gostaria de consultar os Líderes se há acordo para incluirmos na pauta o projeto da FAP, pois S.Exa. diz que há duplicidade de emendas e há dificuldade para votação das emendas.

Deputado Wellington Luiz?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Há acordo, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Bispo Renato Andrade, quanto ao projeto da FAP, há acordo? Eu peço aos Líderes – Deputado Robério Negreiros, V.Exa. também é Líder – que definam o que vão fazer.

Deputado Wasny de Roure, há acordo?

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Há acordo da nossa parte.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Por parte da liderança do Deputado Wasny de Roure, há acordo. Deputado Robério Negreiros?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Como houve a concordância dos outros dois Líderes, eu não tenho outro caminho a não ser seguir também.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Deputado Robério Negreiros concorda, o Deputado Wasny de Roure concorda e o Deputado Wellington Luiz concorda. Deputado Bispo Renato Andrade, estamos na mão de V.Exa. Há acordo?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, retificando: não há acordo.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		94

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu volto atrás, então. Como há essa divergência, não há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não há acordo. Três Líderes são contrários. Vamos entrar em votação enquanto a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças se organiza com as emendas.

Passaremos à votação do projeto da Casa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu estive ausente por alguns momentos no início da sessão e, consequentemente, não estou informado do motivo pelo qual o Projeto de Lei nº 1.108, de autoria do Poder Executivo, foi retirado de pauta, tendo em vista ter passado em todas as Comissões. É o projeto da Caixa Econômica.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wasny de Roure, eu recebi oficialmente hoje o pedido de três Líderes para a retirada de pauta do projeto em segundo turno.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Qual o motivo?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Seria bom V.Exa. conversar com o Deputado Wellington Luiz e com o Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Foi aprovado no Colégio de Líderes. É uma questão de correção importante para a cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É importante, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. falar com os líderes que solicitaram a retirada: Deputado Robério Negreiros, Deputado Wellington Luiz e Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, conversando aqui, talvez seja uma ideia: se não pode colocar no projeto da FAP, esse projeto de lei da Caixa Econômica também está ligado àquele outro crédito que nós aprovamos há quase vinte dias e ainda não foi sancionado. Ele também tinha emendas de Deputados. Aquelas emendas que foram transferidas de Deputados no outro crédito estão vinculadas a esse da Caixa. Então, na verdade, nós vamos ter agora dois problemas. Os créditos dos Deputados atuais, que eles estão querendo remanejar, e os daqueles que estão parados. E a gente também, acho que isso daí resolveria o problema, está tendo um problema. Eu queria pedir aos Líderes, Deputado Wellington Luiz, Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Robério Negreiros, porque nós também precisamos equacionar as nossas emendas. Na verdade, nós também temos coisas para fazer para a cidade, e as nossas emendas estão travadas por causa disso.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30	06	2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	95

Também gostaríamos de saber o motivo pelo qual o projeto foi retirado da pauta, porque nós nos reunimos, todos falaram e aí retiraram sem falar conosco. Acho que nisso aí a gente merece uma explicação. Acho que é importante nós sabermos, senão fica difícil.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu pediria um minutinho da sua atenção. Com todo o respeito aqui, Sra. Presidente, todos nós sabemos da importância desse projeto para a cidade, desse projeto referente ao empréstimo junto à Caixa Econômica.

Eu gostaria de ter a sua atenção, Sra. Presidente. Eu gostaria de fazer um apelo. V.Exa. sabe do respeito que lhe tenho. Eventuais divergências são naturais na política. O projeto foi aprovado em todas as Comissões, houve acordo no Colégio de Líderes para aprová-lo. Eu sou um Deputado que não estou na base do governo, mas entendo que ele é importante para a cidade. Eu gostaria que a gente agisse com bom senso. Sei que os colegas têm problemas com o governo, mas não podemos prejudicar a cidade em função de eventuais divergências. Faço um apelo a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 189:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.189, de 2016, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a remuneração das tabelas do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências”.

A matéria não foi apreciada pelas Comissões. A Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.189, de 2016, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a remuneração das tabelas do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, no mérito, somos pela aprovação da referida matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		96

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.189, de 2016, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a remuneração das tabelas do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Há previsão na Lei Orçamentária Anual, há previsão também na LDO e a formalidade cumpre o Regimento. Portanto, sou pela admissibilidade e aprovação.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.189, de 2016, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a remuneração das tabelas do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Considerando a declaração acostada no projeto de declaração do ordenador de despesas, em que o aumento da despesa do presente projeto tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o meu voto é pela admissibilidade do presente projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	97	

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de cumprimentar V.Exa., porque, quando fomos conversar, V.Exa. havia demonstrado total disposição em dialogar com os servidores, principalmente em vista dessas prováveis medidas que irão acontecer no plano federal, resguardando o interesse desta Casa.

Portanto, os salários vão continuar em patamares que preservam os quadros da Casa. Esse é um ato de grande responsabilidade. Nós sabemos que, muitas vezes, certas decisões da Casa não são bem compreendidas do ponto de vista do interesse público, mas precisamos fazer a defesa da Casa, não pelo corporativismo, mas pelo papel que ela representa para esta cidade.

Por isso, quero felicitar a Mesa Diretora por essa decisão, como também o Sindical, que soube lutar e dialogar com a Mesa, para encaminhar um reajuste em três etapas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.190, de 2016, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que “dispõe sobre a recomposição das tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal”.

A Presidência designa Deputada Luzia de Paula para emitir parecer da CAS sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.190, de 2016, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que “dispõe sobre a recomposição das tabelas de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	98	

remuneração do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos, no mérito, pela aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer da CEOF sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.190, de 2016, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que “dispõe sobre a recomposição das tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal”.

Tendo em vista que há previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 bem como na Lei Orçamentária Anual de 2016 e que a matéria cumpre o Regimento Interno da Casa e as disposições da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sou pela admissibilidade e pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.190, de 2016, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	99	

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.190, de 2016, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que “dispõe sobre a recomposição das tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal”.

A matéria já foi apreciada nas outras Comissões. O meu voto é pela admissibilidade do presente projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Tenho uma informação sobre a reforma do Aquário. Importante isso. Os estudos técnicos já foram feitos. Esse vidro que vocês estão vendo aí vai lá para trás. Toda aquela área de cima ali será área da imprensa. Inclusive já está sendo licitada essa reforma. O projeto básico já está pronto, aborda toda a questão da reforma. Sabemos que é muito desconfortável para vocês trabalharem aí em pé, muitas vezes o dia inteiro. (Palmas.)

O Deputado Raimundo Ribeiro está brincando aqui que este momento é histórico: a primeira vez que a imprensa bate palmas para nós.

Eu queria também dar outra informação. Nós estamos disponibilizando também para vocês a sala da imprensa. A sala já está definida. Em agosto, nós já retornaremos o trabalho com uma sala que ficará à disposição de todos os jornalistas que fazem a cobertura da Câmara Legislativa. Essa sala já foi disponibilizada. Se vocês quiserem conhecer o espaço que será a sala da Comunicação... Muito obrigada.

Em discussão, o Projeto de Lei nº 1.190, de 2016, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		100

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para deixar registrado que nós vimos várias manchetes, nos últimos anos, de irregularidades dentro da FAP. Então, para votarmos esse projeto da FAP – Fundação de Apoio à Pesquisa, fizemos um acordo com o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e com o Líder de Governo para que esses recursos fiquem contingenciados até que eles prestem as informações.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, também me coaduno com o posicionamento do Deputado Rafael Prudente. Sou favorável à votação, até mesmo por causa das emendas dos Parlamentares – houve Deputado que não teve tempo hábil para refazê-las –, desde que haja esse contingenciamento, conforme o Deputado Rafael Prudente disse.

Pergunto ao Relator se há essa emenda do contingenciamento. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.133, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais)".

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.133, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais)".

Sra. Presidente, esse projeto, junto com as emendas dos Deputados, já foi apreciado pela Comissão, e foi aprovada sua admissibilidade pelo CEOF.

Agora foram apresentadas quatro emendas de plenário. Todas elas de remanejamento de dotação orçamentária, portanto de acordo com o ordenamento previsto no art. 64, b, II, do Regimento Interno.

Somos de parecer favorável à admissibilidade das emendas e à aprovação do referido projeto. Foi esclarecido aqui que o Deputado Rafael Prudente, em decorrência de alguns problemas que têm acontecido na FAP, fará um requerimento

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		101

à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças solicitando o contingenciamento desse valor de R\$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) e esclarecimentos a respeito da possível malversação de recursos do FAP – Fundo de Apoio à Pesquisa, motivo pelo qual solicito aos Srs. Deputados, nos termos do acordo dos Líderes, para não prejudicar as emendas dos Deputados que não souberam a tempo de reapresentarem suas emendas ao Projeto de Lei nº 1.119, que o projeto seja aprovado.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Item nº 150:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.119, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$8.287.109,00 (oito milhões, duzentos e oitenta e sete mil, cento e nove reais)”.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas de Plenário.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.119, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$8.287.109,00 (oito milhões, duzentos e oitenta e sete mil, cento e nove reais)”.

Foram apresentadas 63 emendas de Plenário. Todas dentro do Regimento e dentro das normas. Portanto, sou pela admissibilidade e aprovação das 63 emendas, ressalvando que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças precisa que o Plenário a autorize a eliminar as emendas apresentadas em duplicidade ao Projeto de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	102	

Lei nº 1.133 e ao Projeto de Lei nº 1.119. Principalmente ao Projeto de Lei nº 1.113, que é o mais polêmico.

Esse é o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Apenas desejo reafirmar ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que, da parte do nosso bloco, há acordo para V.Exa. fazer as correções necessárias, a fim de que não haja duplicidade nas emendas.

Sra. Presidente, V.Exa. precisa consultar o Plenário e autorizar o Presidente da CEOF a fazer o cancelamento, caso haja duplicidade das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Consulto o Plenário se há acordo para que, na análise *a posteriori* dos projetos, se houver emendas em duplicidade, uma delas seja anulada. Há acordo? (Pausa.)

Está autorizada a adequação formal das referidas emendas.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.119, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		103

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.119, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$8.287.109,00 (oito milhões, duzentos e oitenta e sete mil, cento e nove reais)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 188:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 533, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “institui o Programa Bolsa Educação Infantil destinado ao atendimento das crianças que não obtenham vagas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.177, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Bolsa Educação Infantil – Pré-escola, destinado ao atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, e dá outras providências”.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre os projetos.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura a respeito dos Projetos de Lei nºs 533, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, e 1.177, de 2016, de iniciativa do Poder Executivo.

Sra. Presidente, já foi aceito o requerimento de apensamento dos dois projetos de lei e, para adequar ambos, somando-os às muitas emendas que foram apresentadas, este Relator apresenta um substitutivo.

De tal maneira que, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, aprovamos os dois projetos em tela, na forma do substitutivo, acatando ou rejeitando algumas emendas que vão de 1 a 14, de acordo com o quadro de emendas apresentado em anexo.

Para não ficar nenhuma dúvida, vou lê-las aqui. Só o resultado final.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	104	

A Emenda nº 1, de autoria da Deputada Sandra Faraj, esta Comissão rejeita, principalmente pelo fato de a maioria das proposições já estarem inseridas em outras emendas. A Emenda nº 2, de autoria Deputada Sandra Faraj, está acatada. A Emenda nº 3, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, está rejeitada. A Emenda nº 4, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, está rejeitada. A Emenda nº 5, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, está acatada. A Emenda nº 6, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, está acatada. A Emenda nº 7, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, está acatada. A Emenda nº 8, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, está rejeitada. A Emenda nº 9, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, está rejeitada. A Emenda nº 10, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, está acatada. A Emenda nº 11, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, está acatada. A Emenda nº 12, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, está acatada. A Emenda nº 13, de autoria do Deputado Wasny de Roure, está rejeitada. A Emenda nº 14, de autoria do Deputado Wasny de Roure, está acatada.

Confirmo que todas as emendas acatadas foram inseridas no substitutivo.

Sra. Presidente, esse é o parecer, aprovamos os dois projetos de lei, na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero chamar a atenção do Relator com relação à Emenda nº 13 – eu sei que V.Exa. está cansada.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, Relator e Presidente da nossa Comissão, Deputada Luzia de Paula, caros colegas, nós fizemos essa emenda estabelecendo que a demanda nas creches particulares só poderá ocorrer diante da insuficiência das conveniadas e das creches públicas. Com essa história de dar tratamento igual, nós vamos precarizar, enfraquecer a política que cabe ao Estado fazer. Isso significa a precarização do serviço público.

A nossa emenda procura evitar essa possibilidade; portanto, eu quero pedir o destaque dela, Sra. Presidente. Eu entendo que ela resguarda o interesse público em detrimento dos interesses privados. Então, eu resgato essa demanda considerando-a relevante.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura está aprovado com a presença de 20 Deputados.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	105	

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito o destaque da Emenda nº 8.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. Será feito no final, depois de votarmos os pareceres de todas as Comissões.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o projeto.

Gostaria de dar uma informação. A assessoria do governo foi bem rápida para querer construir uma mentira, a de que nós estávamos eliminando o Hospital da Criança, sendo que incluímos rapidamente uma emenda substitutiva para corrigir o projeto das OS que colocamos em votação. Assim, o Hospital da Criança e todos os convênios estão preservados nesse projeto de lei, com a apresentação de uma emenda no segundo turno.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 533, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “institui o Programa Bolsa Educação Infantil destinado ao atendimento das crianças que não obtenham vagas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.177, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Bolsa Educação Infantil – Pré-escola, destinado ao atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o projeto está aprovado, conforme substitutivo da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para deixar claro e sanar uma dúvida. O Deputado Wasny de Roure havia pedido o destaque da Emenda nº 13. O corpo da Emenda nº 13 foi rejeitado,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	106

como eu relatei, mas a ideia que o Deputado Wasny de Roure queria transmitir está inserida na mudança de um artigo que nós propusemos no substitutivo em acordo com a assessoria do nobre Deputado. Ou seja, foi acatada na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wasny de Roure, V.Exa. destacou a Emenda nº 13?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sim, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Cristiano Araújo, qual emenda V.Exa. destacou?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – A Emenda nº 8.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acolhendo o entendimento do Relator e a correção, dou-me por satisfeito e retiro o destaque.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e retira o destaque à Emenda nº 13.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 533, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “institui o Programa Bolsa Educação Infantil destinado ao atendimento das crianças que não obtenham vagas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.177, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Bolsa Educação Infantil – Pré-escola, destinado ao atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, e dá outras providências”.

Sra. Presidente, meu voto é pela admissibilidade do substitutivo aos Projetos de Lei nºs 533, de 2015, e 1.177, de 2016, considerando: Emenda nº 1, inadmissível; Emenda nº 2, admissível; Emenda nº 3, inadmissível; Emenda nº 4, inadmissível; Emenda nº 5, admissível; Emenda nº 6, admissível; Emenda nº 7, pela admissibilidade; Emenda nº 8, pela inadmissibilidade; Emenda nº 9, inadmissibilidade; Emenda nº 10, admissibilidade; Emenda nº 11, admissibilidade; Emenda nº 12, admissibilidade; Emenda nº 13, inadmissibilidade; e, por fim, Emenda nº 14, pela admissibilidade. (Pausa.)

Sra. Presidente, quero fazer uma retificação. O meu voto é pela admissibilidade do projeto na forma do substitutivo e retifico a Emenda nº 8, de autoria do Deputado Cristiano Araújo. Ao invés de inadmissível, voto pela admissibilidade, para que ela possa ser destacada.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		107

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero pedir a atenção do Deputado Robério Negreiros. A Emenda nº 13 foi acolhida na forma de subemenda no art. 3º do substitutivo. Então, solicito a V.Exa. a correção.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wasny de Roure, o Deputado Robério Negreiros acatou a Emenda nº 8, de autoria do Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, mas, na Emenda nº 13, o Relator está mantendo o texto original do relatório, que sofreu a correção na palavra do Relator.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Deputado Wasny de Roure, mas aqui está como rejeitada.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Pois é, o Relator corrigiu considerando admitida, na forma de uma subemenda, nos termos do art. 3º do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Então o Deputado Prof. Reginaldo Veras terá de fazer uma correção formal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – O Deputado Prof. Reginaldo Veras o fez pelo microfone, Sra. Presidente. Está registrado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Solicito ao Deputado Robério Negreiros que faça a retificação do parecer.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Retifico-o, Sra. Presidente. De tudo o que foi lido, já houve a retificação da Emenda nº 8. Também em relação à Emenda nº 13, ao invés de inadmissível, eu retifico o voto para admissibilidade na forma do substitutivo.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	108	

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a retificação do parecer que eu acabei de emitir pela CEOF. Não só voto pela aprovação, bem como voto também pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Está retificado.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 533, de 2015, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.177, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convocação. Esta Presidência convoca as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária com início imediato após esta sessão ordinária para discussão e votação, em segundo turno, da pauta a ser discutida...

Desculpe, Deputado Cristiano Araújo, esqueci que havia o destaque.

Passa-se à discussão e à votação, em separado, da Emenda nº 8, de 2016, apresentada ao Projeto de Lei nº 533, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “institui o Programa Bolsa Educação Infantil destinado ao atendimento das crianças que não obtenham vagas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 1.177, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Bolsa Educação Infantil – Pré-escola, destinado ao atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, nós buscamos o consenso aqui. Eu, o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Prof. Israel, nós colaboramos no sentido de melhorar o projeto de lei do governo e tivemos alguns avanços, como a merenda escolar, que não estava contemplada no projeto, e o transporte.

Por fim, para essa emenda não houve acordo, mas eu queria deixar registrada a questão do material escolar completo. Veja, o governo está abrindo vagas nas escolas para crianças entre 4 e 5 anos. São 2 mil vagas. São jovens de baixa renda que estão no cadastro da Secretaria de Educação, na fila de espera, mas, ao meu ver, seria meio incoerente dar a mensalidade e não fornecer o material

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
30 06 2016	15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA	109	

escolar. Então a minha emenda veio no sentido de o governo não só fornecer a bolsa do estudante, como também o material escolar.

Tendo em vista o acordo, tendo em vista a discussão que foi feita de altíssimo nível, tendo em vista que o governo também aceitou as nossas sugestões no que diz respeito a algumas emendas – o Deputado Prof. Israel construiu isso junto ao governo –, eu quero registrar a minha posição, que tentei incluir no projeto com essa emenda. Mas, tendo em vista o acordo, deixo para a votação de V.Exas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que rejeitam a emenda permaneçam como estão; os que forem a favor queiram manifestar-se. (Pausa.)

A emenda está rejeitada. Houve 19 votos pela rejeição e 2 votos pela aprovação.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a título de reforço, solicito a dispensa do interstício regimental para o Projeto de Lei nº 1.119, de 2016, que já foi votado em primeiro turno e segundo turnos, para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.119, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$8.287.109,00 (oito milhões, duzentos e oitenta e sete mil, cento e nove reais)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação dos seguintes projetos, em segundo turno:

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
30 06 2016		15h30min	61ª SESSÃO ORDINÁRIA		110

- Projeto de Lei nº 984, de 2016;
- Projeto de Lei nº 1.374, de 2016;
- Projeto de Lei nº 1.189, de 2016;
- Projeto de Lei nº 1.190, de 2016;
- Projeto de Lei nº 1.111, de 2016;
- Projeto de Lei nº 533, de 2015;
- Projeto de Lei nº 1.192, de 2016.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h05min.)